AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 43 | Nº 07 | JULHO 2023



SEGURANÇA NO CAMPO

A BEM-VINDA INICIATIVA DE SÃO PAULO PARA PROTEGER O PATRIMÔNIO DOS PRODUTORES

FGV | CENTRO DE ESTUDOS DO AGRONEGÓCIO

SEGURO RURAL OS RECURSOS NÃO ESTÃO INDO PARA AS REGIÕES CERTAS

CONTRATOS AGRÁRIOS PARCERIA É ECONOMICAMENTE MELHOR DO QUE ARRENDAMENTO

MERCADO DE LEITE PERÍODO DE ENTRESSAFRA PODE SER DE PRESSÃO DE BAIXA NOS PREÇOS

Mais que uma escolha FINANCEIRA, a força que une o campo.





Se tem um terreno onde o cooperativismo é fértil, é o campo. O Sicoob está nos quatro cantos desse país, apoiando pequenos, médios e grandes produtores rurais, do custeio à comercialização. Por aqui, as taxas são mais justas, o crédito tem melhores condições e você ainda participa dos resultados da sua cooperativa. Já imaginou o que podemos fazer pelo seu negócio?

Com os benefícios do cooperativismo, fica fácil escolher a sua instituição financeira.

CONHEÇA OS MOTIVOS PARA SE ASSOCIAR E ABRIR SUA CONTA EM:
SICOOB.COM.BR/MAISQUEUMAESCOLHA

CENTRAL DE ATENDIMENTO
Capitais e regiões metropolitanas: 4000 1111
Demais localidades: 0800 642 0000
SAC 24 horas: 0800 724 4420
Ouvidoria: 0800 725 0996 - de seg. a sex., das 8h às 20h - ouvidoriasicoob.com.br
Deficientes auditivos ou de fala: 0800 940 0458 - de seg. a sex., das 8h às 20h

SICOOB

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque (Licenciado)
Vogais: Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Eduardo de Freitas, Gilberto Duarte Prado, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Willy Otto Jordan Neto

CONSELHO CURADOR
Presidente: João Alfredo Dias Lins (Presidente em exercício)
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Antonio Alberto Gouvea Vieira, Cid Heraclito de Queiroz, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio Grande do Sul, Federação Brasileira de Bancos (Isaac Sidney Menezes Ferreira), IRB – Brasil Resseguros S.A. (Antônio Cássio dos Santos), Luiz Carlos Piva, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maria Tereza Leme Fleury, Miguel Pachá, Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (Ronaldo Mendonça Vilela), Souza Cruz S/A (Jorge Irribarra)
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, General Joaquim Maia Brandão Júnior, Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Monteiro Aranha Participações S.A., Nilson Teixeira, Raphael José de Oliveira Barreto, Ricardo Gattass, Sul América Companhia Nacional de Seguros (Patrick de Larragoiti Lucas)

Diretor da FGV IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

AGROANALYSIS

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cecília Fagan, Guilherme Bastos, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues, Sérgio Bortolozzo e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editores-executivos: Evandro Faulin e Luiz Antonio Pinazza
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Coordenação de Produção: Karina Souza
Capa: Isabella Lima e Marcela Pereira Lima
Arte e Diagramação: Alexandre Monteiro
Revisão Textual: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Ana Caroline Teshima
Publicidade/Comercial: Ana Caroline Teshima

Av. Paulista , 542 - 3º andar | São Paulo, SP
Tel.: (11) 3799-3645

agroanalysis@fgv.br

Leia as edições anteriores da ***Agroanalysis***:

ACESSE O NOSSO SITE PARA LER AS EDIÇÕES DA **AGROANALYSIS** GRATUITAMENTE: **AGRO.FGV.BR**

A **AGROANALYSIS** É UM DOS MAIS IMPORTANTES VEÍCULOS FORMADORES DE OPINIÃO NO **SETOR DO AGRONEGÓCIO.**



SÃO MAIS DE **40 ANOS NO MERCADO** GARANTINDO A **QUALIDADE DA INFORMAÇÃO** QUE CHEGA ATÉ VOCÊ!

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO DO PRODUTOR

NO MOMENTO do fechamento desta edição da ***Agroanalysis***, o governo federal anunciou o novo Plano Safra, que prevê a liberação de R$ 340,88 bilhões em crédito para financiar a produção rural. Mesmo que as taxas de juros anunciadas sejam menores do que as de mercado – variando, dependendo do porte do produtor, de 5% a 12% a.a. no custeio e na comercialização –, são muito altas e colocam em risco a capacidade de pagamento dos produtores em 2024. Ao longo deste mês, publicaremos uma análise objetiva sobre esse assunto no site do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) – agro.fgv.br.

Trazemos como destaque de capa, nesta edição, a coluna de Antonio Junqueira, secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. A preocupação com a segurança é um tema central que afeta todos os brasileiros, pois é um direito constitucional e essencial para a qualidade de vida. Tanto órgãos quanto entidades têm manifestado preocupações recorrentes com a segurança, que deixou de ser um problema exclusivamente urbano e migrou para o ambiente rural com um rápido crescimento, colocando as pessoas e as propriedades rurais em risco. O estado de São Paulo, atento a essa questão, tem ampliado as ações do Programa Agro SP + Seguro, visando atender um maior número de municípios. A adoção de medidas legais mais rigorosas e a integração de tecnologias de segurança são elementos fundamentais para promover a segurança no meio rural.

O Dia Internacional do Cooperativismo foi celebrado no dia 1° deste mês. Assim, em comemoração à data, trazemos, nesta edição, uma entrevista especial com Tania Zanella, superintendente do Sistema da Organização das Cooperativas Brasileiras (Sistema OCB). Ela aborda a relevância das cooperativas, destacando seu papel na promoção de uma cultura solidária, que espalha riquezas e incentiva o empreendedorismo. Zanella ressalta, ainda, que o cooperativismo possibilita o acesso dos pequenos e dos médios produtores rurais a insumos com tecnologias avançadas, agregando valor à produção e viabilizando a competição nos mercados. Contribui com o desenvolvimento e a escolaridade nas regiões onde está presente, distribuindo renda, promovendo capacitação e difundindo tecnologias e conhecimento, de forma alinhada aos princípios da sustentabilidade ambiental, social e de governança corporativa (ESG, na sigla em inglês).

As cooperativas de crédito têm ganhado destaque no fornecimento de crédito rural, ultrapassando os bancos privados e ficando atrás apenas dos bancos públicos em volume de financiamento. No entanto, enfrentam desafios ao atuar no mercado de seguro rural devido a possíveis desgastes com seus cooperados e características específicas desse mercado. Mas, apesar disso, elas possuem um grande potencial para ser parceiras estratégicas na disseminação do seguro rural, pois detêm um amplo banco de dados sobre seus cooperados, que reúnem perfis heterogêneos. O desenvolvimento do seguro rural é fundamental para que as cooperativas possam aproveitar plenamente esse mercado, assim como já fazem no de crédito agrícola.

Ainda sobre seguro, o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), existente no Brasil, visa incentivar a adoção dessa ferramenta de gestão de risco pelos agricultores. Trazemos os resultados de um estudo que analisou a relação entre risco climático, quebras de safra e apólices do seguro rural. Os resultados mostram que o PSR não está sendo utilizado pelos produtores que estão sujeitos aos maiores riscos (quebras de safra e maior variação de produtividade), o que pode ser explicado pela carência de uma estrutura de concessão em regiões mais sujeitas a problemas climáticos.

Voltando-nos para outro tema, o mercado de leite pode enfrentar um cenário de baixa nos preços no período de entressafra deste ano, contrariando o seu comportamento histórico. Devido aos custos de produção menores (queda no preço dos grãos) e ao preço do leite em alta no primeiro semestre, o produtor pode investir na nutrição do rebanho durante a entressafra, aumentando a produção. Soma-se a isso um possível aumento da importação de lácteos, que estão com preços mais competitivos no mercado externo.

Por fim, destacamos, na nossa seção Gestão, a importância da correta utilização dos contratos agrários e explicamos como o tipo de contrato pode impactar os custos de produção, fiscais e de gestão dos negócios no campo. O gestor deve considerar os custos, os riscos e os benefícios de cada modalidade de contrato, além de aspectos específicos do negócio ao planejar a cessão da terra. Apesar de a parceria agrícola apresentar-se como uma alternativa economicamente melhor do que o arrendamento, é fundamental que o produtor e o gestor avaliem cuidadosamente qual é a modalidade de contrato mais adequada em cada situação. ■

04 EDITORIAL

06 ENTREVISTA
TANIA ZANELLA
BRASIL MAIS COOPERATIVO COM R$ 1 TRILHÃO DE PROSPERIDADE (BRC1TRI)

09 FRASES & COMENTÁRIOS

10 MACROECONOMIA
POLÍTICA MONETÁRIA SOB PRESSÃO

11 AGRODROPS

15 MERCADOS & NEGÓCIOS

15 COOPERATIVAS SÃO RELEVANTES NO CRÉDITO, MAS NÃO NO SEGURO RURAL

17 COOPERATIVISMO DE CRÉDITO EM ACELERAÇÃO

21 CAPA MERCADO DE LEITE: ENTRESSAFRA PODE SER DE PREÇOS BAIXOS

25 POLÍTICA AGRÍCOLA

25 CAPA SUBVENÇÃO AO SEGURO RURAL: OS RECURSOS ESTÃO INDO PARA O LUGAR CERTO?

28 SUSTENTABILIDADE

28 COOPERATIVISMO: SISTEMAS PRODUTIVOS SUSTENTÁVEIS

30 GESTÃO

30 EXPERIÊNCIA DO CLIENTE NO AGRONEGÓCIO

33 CAPA A IMPORTÂNCIA DA CORRETA UTILIZAÇÃO DOS CONTRATOS AGRÁRIOS

35



BRASIL AGROAMBIENTAL
A AGENDA AGROAMBIENTAL NO BRASIL DO PRESENTE

37



AGROCERES MULTIMIX
POR QUE VOCÊ DEVE COMEÇAR A PLANEJAR A SUA PRÓXIMA ESTAÇÃO DE MONTA AGORA?

39 FAESP
UM AVANÇO DA CIÊNCIA A FAVOR DO AGRO

40 PRODUZIR
SEGURANÇA JURÍDICA E JUSTIÇA SOCIAL NO CAMPO

41 OPINIÃO
CAPA PRODUTOR RURAL PRECISA PROTEGER O SEU PATRIMÔNIO

42 REFLEXÃO
PRECONCEITO

BRASIL MAIS COOPERATIVO COM R$ 1 TRILHÃO DE PROSPERIDADE (BRC1TRI)

TANIA ZANELLA

Superintendente do Sistema da Organização das Cooperativas Brasileiras (Sistema OCB)

Da Redação

AS COOPERATIVAS seguem dando dinamismo às economias locais e regionais, consolidando e interiorizando o desenvolvimento do agronegócio para que ele continue sendo a máquina a impulsionar o País. Diante das condicionantes políticas, econômicas, sociais e ambientais deste ano, a entrevista traz as narrativas lúcidas de Tania Zanella, superintendente do Sistema OCB, vice-presidente do Instituto Pensar Agropecuária (IPA) e membro do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Cosag/Fiesp).



BRENO ESAKI

AGROANALYSIS: QUAL É A RELEVÂNCIA DO COOPERATIVISMO NA SOCIEDADE MODERNA?

TANIA ZANELLA: Sendo um modelo de negócios justo e equilibrado, o cooperativismo busca desenvolver um mundo de melhores oportunidades para todos. Os seus propósitos mostram a possibilidade de unir visões econômicas e sociais, produtivas e sustentáveis e individuais e coletivas. Ensina-nos a trabalhar em rede, de modo colaborativo, somando esforços para alcançar bons resultados. Promove a cultura solidária e próspera, espalhando riquezas e incentivando o empreendedorismo. Com inclusão, observa princípios mundiais reconhecidos, trazendo confiança às pessoas e trabalhando com conceitos atuais até os dias de hoje.

Os fundamentos da sustentabilidade ambiental, social e de governança corporativa (ESG, na sigla em inglês), agora tão difundidos, fazem parte do presente e do futuro do DNA desde o momento da criação das cooperativas. Nesse sentido, cabe destacar a importante busca universal de um novo tipo de economia compartilhada. Cada vez mais, o consumidor ganha voz nas tomadas de decisão estratégicas, com ofertas de serviços sob medida para as suas necessidades. Além disso, deseja-se consumir mais produtos que tenham história e propósito. O cooperativismo acumula essas características de forma nata.

QUAIS SÃO OS DESAFIOS PARA CONCILIAR FUNÇÕES PROTAGONISTAS ENTRE ENTIDADES DO AGRO?

TZ: Os desafios servem sempre, também, de alavanca para as grandes conquistas. Podemos citar o caso da OCB e do IPA: ambos se caracterizam pela convergência das pautas, e há o fato de se caminhar na mesma sintonia quando se trata das prioridades necessárias de trabalho. Esses predicados, com certeza, facilitam muito essa conciliação.

Queremos destacar o quanto contamos com uma equipe bem focada e direcionada aos propósitos das suas atividades. Esse desempenho faz toda a diferença quando temos uma equipe profissional atuante e centrada. Aliada a uma

pauta convergente com a do IPA, as dificuldades e os desafios ficam minimizados, principalmente com respeito ao tempo e às entregas.

COMO ROMPER BARREIRAS PARA VALORIZAR A MULHER EM CARREIRAS DE LIDERANÇA?

TZ: Diversos motivos são apontados para explicar o ainda baixo percentual de mulheres em cargos de liderança no Brasil. A maternidade e os padrões socioculturais aparecem como os principais. Há, no entanto, outras barreiras potenciais, sendo os obstáculos mais comuns as discriminações, os estereótipos e os preconceitos nas organizações. A nossa habilidade para inovar, convencer, vender ideias, envolver pessoas e interagir com o sistema psicossocial das organizações nos torna preparadas para os mais diversos desafios.

Precisamos trabalhar para nos fazer presentes em cargos de liderança, e não cair na excepcionalidade. A equidade de gênero está na agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU). O Sistema OCB Nacional faz parte dessa realidade. As organizações devem atentar-se para remover os obstáculos que estejam, direta ou indiretamente, prejudicando a ascensão feminina. A preparação para isso já tem acontecido de forma ampla e efetiva.

A PARTICIPAÇÃO FEMININA CRESCE E SE TORNA EXPRESSIVA NO COOPERATIVISMO?

TZ: A participação feminina no cooperativismo cresce e se torna expressiva. Os dados do Anuário do Cooperativismo Brasileiro de 2022 mostram as mulheres com participação de 40% no quadro social e de 49% na força de trabalho. Nos cargos de liderança, o aumento passou de 17% para 20%. Ampliar essa representatividade com a comprovação de resultados mostra o caminho certo. As mulheres têm tudo a ver com o cooperativismo. Somos fortes e estamos prontas para focar nos negócios, sem deixar de lado as pessoas.

> **“A NOSSA HABILIDADE PARA INOVAR, CONVENCER, VENDER IDEIAS, ENVOLVER PESSOAS E INTERAGIR COM O SISTEMA PSICOSSOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES NOS TORNA PREPARADAS PARA OS MAIS DIVERSOS DESAFIOS.”**

> **“O DESEMPENHO DO SISTEMA NACIONAL DE CRÉDITO RURAL CONDICIONOU O SUCESSO DO AGRO BRASILEIRO.”**

Para o futuro, acreditamos em uma maior participação. O cooperativismo contribui com a mulher que busca lugar na sociedade, precisa de trabalho e gera renda para a família. Nesse mundo de competitividade acirrada, a capacidade multifocal é um diferencial relevante. Ao aproximá-las do cooperativismo, nós, do Sistema OCB, contribuímos para emancipá-las para o trabalho, chancelando as justas lutas pela igualdade de gênero e combate à violência e ao assédio, seja na vida pública, seja nas organizações.

QUAIS SÃO AS DEMANDAS ATUAIS E FUTURAS DO SETOR COOPERATIVO?

TZ: Extensas e complexas, as agendas em andamento do cooperativismo enfrentam desafios a curto, médio e longo prazos. A dinâmica de funcionamento do setor passa por uma melhoria acentuada nos processos de gestão e governança, com maiores profissionalização e capacitação dos cooperados e dos colaboradores. Difundimos modelos de negócios de forma mais intensa e efetiva junto à sociedade. Somos quase 19 milhões de cooperados, mas que representam menos de 10% da população.

No campo institucional, estreitamos diálogo no Congresso Nacional e com os órgãos do Governo, além de termos novas parcerias com cooperativas estrangeiras que aumentam a nossa escala de negócios. No curto prazo, focamos no ato cooperativo como parte do escopo da reforma tributária. As cooperativas precisam de um ambiente seguro para prosperar. As especificidades do movimento exigem um tratamento tributário ajustado à lógica operacional das cooperativas enquanto sociedades de pessoas que não visam ao lucro para si e que, portanto, possuem neutralidade fiscal.

QUAIS SÃO AS SOLUÇÕES DO SISTEMA PARA APOIAR AS ATIVIDADES DO CAMPO?

TZ: A produção agropecuária nacional desenvolveu-se e possibilitou a passagem do País da posição de importador para a de exportador mundial de alimentos, evidenciando a sua vocação e eficiência na atividade.

Nesse contexto, as cooperativas agropecuárias consolidaram sua relevância com um modelo societário diferenciado, que possibilita aos pequenos e aos médios produtores rurais acesso a insumos com tecnologias avançadas. A rede de assistência técnica eficiente e personalizada e as vias de agregação de valor possibilitam escoar a produção com escala e competição nos diferentes mercados.

O desempenho do sistema nacional de crédito rural condicionou o sucesso do agro brasileiro. A atuação do Sistema OCB junto aos órgãos do Governo defende a atual arquitetura de crédito rural e o aumento de recursos para financiamento do setor. Nas reuniões e nas conversas constantes com o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério da Economia (ME) e o Banco Central do Brasil (BCB), solicitamos mais recursos para o Plano Safra 2023/2024 e temos representantes em outras frentes de desenvolvimento de políticas públicas do Governo.

COMO MELHORAR O DESENVOLVIMENTO HUMANO E DE ESCOLARIDADE DAS REGIÕES?

TZ: É importante destacar, ainda, que, como cooperativistas, temos como princípio a prosperidade social. Para isso, trabalhamos com ferramentas para melhorar os índices de desenvolvimento humano e de escolaridade nas regiões com cooperativas inseridas. O modelo distribui renda, promove ganhos de escala, capacita as pessoas e difunde tecnologias e conhecimento. Além do retorno para o próprio segmento, o cooperativismo agro, junto de outros ramos de atuação, promove acesso a crédito, consumo, transporte, saúde, trabalho, mineração, educação e infraestrutura.

Nesse sentido, o Sistema OCB oferece todo o suporte necessário para a melhoria da gestão e da governança das cooperativas, por meio de capacitações, treinamentos e programas que buscam o aperfeiçoamento contínuo. Nas iniciativas para a ampliação dos mercados de atuação das cooperativas, tanto no mercado interno, como no exterior, trabalha-se de forma incansável pelo reconhecimento dos produtos e dos serviços prestados para as sociedades locais.

COMO OLHAR A CONTRIBUIÇÃO DO COOPERATIVISMO NA AGENDA AMBIENTAL?

TZ: As cooperativas estão empenhadas em dar transparência e melhorar o conhecimento da agenda ambiental. Temos o compromisso de ser o mais sustentáveis possível para atender os anseios da sociedade e contribuir para um mundo melhor. Somos protagonistas na adoção de tecnologias sustentáveis, com foco na preservação e na recuperação de ativos ambientais. Adotamos tecnologias de baixo carbono, recuperamos matas nativas, preservamos nascentes de água e tratamos de forma correta os resíduos.

> **“AS COOPERATIVAS ESTÃO EMPENHADAS EM DAR TRANSPARÊNCIA E MELHORAR O CONHECIMENTO DA AGENDA AMBIENTAL.”**

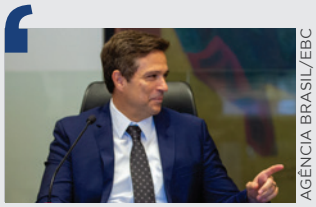
Nos campos da governança social, desenvolve-se trabalhos para garantir a participação dos cooperados nos processos decisórios da cooperativa. Mecanismos de canais diretos na comunicação são montados para facilitar esse processo de interação com os Conselhos Fiscal e de Administração da organização. A nossa atuação é fundamental para nortear uma agenda ESG que oriente a direção das atividades participativas rumo a um futuro sustentável.

COMO A OCB PREPARA-SE PARA A 15ª EDIÇÃO DO CONGRESSO BRASILEIRO DE COOPERATIVISMO (CBC), QUE ACONTECERÁ EM 2024?

TZ: Para o Sistema OCB, o primeiro e mais forte ponto para a preparação da próxima edição do CBC é a sensação de dever cumprido em relação ao Congresso anterior. Conseguimos, nos últimos dois anos, encaminhar e implementar as diretrizes estabelecidas. Isso nos enche de alegria e dá a confiança convicta e necessária para fazermos uma prestação de contas muito robusta e, então, discutirmos o futuro. Além disso, consideramos como uma oportunidade única para manter a conexão com a base e entender as suas necessidades para direcionar rumos.

Nesse momento dinâmico em que vivemos, diante dos avanços alcançados nesses últimos dois anos pós-pandemia, o tema será desafiador. A 15ª edição tratará do planejamento estratégico para a execução das metas e dos propósitos das cooperativas para atingirem, até 2027, a meta de faturamento do Brasil mais cooperativo com R$ 1 trilhão de prosperidade (BRC1TRI). A prestação de contas será, então, como um pontapé inicial e importante para pavimentar esse caminho e cumprir os desafios futuros. ■

FRASES & COMENTÁRIOS



AGÊNCIA BRASIL/EBC

"O uso dos títulos do agronegócio com recursos privados para atender a demanda por crédito rural abre espaço para levar subsídios a pequenos e médios agricultores."

"O País precisa seguir a agenda de fortalecimento do crédito rural privado por meio de instrumentos do mercado de capitais."

"O círculo vicioso da aplicação ineficiente de subsídios leva o Governo a gastar e se endividar, pressionando para cima a taxa de juros."

ROBERTO CAMPOS NETO, presidente do Banco Central do Brasil (BCB)

"O momento é difícil para a avicultura de corte nacional com o anúncio dos primeiros casos de influenza aviária de alta patogenicidade (IAAP) em aves silvestres no País."

"A credibilidade internacional, o apoio do Governo, o trabalho institucional de entidades e a comunicação permitirão seguirmos sem perder mercados."

"O setor [de proteína animal] amadureceu bastante depois dos embargos advindos da operação Carne Fraca, deflagrada em 2017."

FRANCISCO TURRA, presidente do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA)

"Como compromisso institucional, priorizamos a agenda do agronegócio para aumentar a participação do setor no mercado de capitais nos próximos anos."

"Com potencial para atrair investimentos sustentáveis, os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) fomentam o crescimento da agroindústria e efetivam políticas públicas, como a preservação ambiental."

"A regulamentação dos Fiagro faz parte desse esforço para atrair ainda mais investidores."

JOÃO PEDRO NASCIMENTO, presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

"Nas regiões sem rede de distribuição e transmissão de eletricidade, é possível ter geração renovável de biogás, biometano e eletricidade para distribuição regional."

"Dos pontos de vista econômico, ambiental e social, o etanol mostra a sua força como alternativa sustentável de energia local para transporte."

"Importante para o Brasil, o uso de etanol economizou 25% da reserva nacional de petróleo, com economia de divisas da ordem de US$ 610 bilhões."

PLINIO M. NASTARI, presidente da DATAGRO



DIVULGAÇÃO

"Afetados de forma significativa por adversidades climáticas, os estoques de passagem [de café] remanescentes das safras de 2021 e 2022 foram menores."

"Sem impactos do clima, as perspectivas são boas para a safra de 2023 no cinturão cafeeiro nacional, com importadores demonstrando interesse comprador."

MARCIO FERREIRA, presidente do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ)

POLÍTICA MONETÁRIA SOB PRESSÃO

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EESP)

DESDE O início do novo governo, as pressões pela queda da taxa de juros aumentaram significativamente. As razões indicadas centram-se em torno do fato de que a atividade econômica brasileira estaria em uma franca trajetória recessiva e que a inflação já teria cedido o suficiente, de tal sorte que não faria sentido um patamar da Selic no nível de 13,75% ao ano.

Esses argumentos, no entanto, merecem ser analisados com mais cuidado e detalhados com uma maior cautela antes de se elaborar conclusões apressadas. Via de regra, uma boa análise da conjuntura econômica deve ter cuidado antes de elaborar conclusões simplistas a partir de observações diretas.

Diferentemente do que o discurso do Governo (e de boa parte da mídia) alardeia, a economia brasileira não se encontra em recessão. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre do ano surpreendeu para cima, registrando uma alta de 1,9% em relação ao trimestre anterior. Esse resultado veio bem acima das projeções dos economistas e deveu-se, em grande medida, ao bom desempenho da agropecuária. As perspectivas são de que o resultado do segundo trimestre registre um crescimento de 1,0%, indicando que a economia brasileira, ainda que esteja crescendo a um ritmo mais lento, continua expandindo. O otimismo com a economia brasileira reflete-se nas projeções de crescimento para o ano, que têm sido recorrentemente revistas para cima e já se situam acima de 2,0%. Vale lembrar que as projeções para o crescimento do PIB em 2023 situavam-se abaixo de 1,0% no começo do ano.

"As perspectivas são de que o resultado do segundo trimestre registre um crescimento de 1,0%, indicando que a economia brasileira, ainda que esteja crescendo a um ritmo mais lento, continua expandindo."

É óbvio que, em um quadro como esse, o comportamento não é homogêneo do ponto de vista setorial. Como já mencionado anteriormente, o setor agropecuário, impulsionado pela safra recorde e pelas vendas externas, foi o destaque positivo no ano até o momento. O setor de serviços também registrou expansão nos primeiros meses do ano, e as vendas no varejo cresceram. O desemprego caiu para um patamar próximo a 8%, o menor nível desde 2015, e a geração de empregos formais (com carteira assinada) foi positiva.

Já o destaque negativo ficou por conta da indústria, cuja produção recuou no primeiro semestre deste ano. No entanto, esse não é um evento isolado num setor que vem perdendo espaço na economia brasileira na última década e meia. A ausência de políticas claras e bem definidas para o setor, que sejam aliadas às vantagens comparativas da economia brasileira, tem pesado sobre esse segmento. Um exemplo clássico de miopia e apego do Governo ao passado em termos de política para a indústria foi a equivocada adoção de subsídios, via isenção de impostos, para a produção de carros populares.

Colocados esses elementos, é natural que a economia brasileira apresente uma trajetória de desaceleração ao longo do segundo semestre, mas bem distante de configurar um quadro recessivo como o Governo e segmentos empresariais fazem parecer. O processo de desaceleração do crescimento é natural em um contexto de redução da inflação como o Brasil atravessa no momento.

Essa é uma realidade não apenas brasileira, mas internacional: a economia norte-americana deverá enfrentar uma recessão entre o quarto trimestre deste ano e o primeiro trimestre de 2024. Isso também é um reflexo da alta de juros promovida pelo Fed (Banco Central dos Estados Unidos), que ainda deve promover novas altas nos próximos meses. No entanto, diferentemente daqui, as críticas à atuação do Fed são muito mais brandas, uma vez que ele está cumprindo o seu papel primordial, que é manter a inflação em um patamar baixo e evitar solavancos na economia.

"...é natural que a economia brasileira apresente uma trajetória de desaceleração ao longo do segundo semestre, mas bem distante de configurar um quadro recessivo..."

No tocante à inflação, de fato, observou-se uma queda ao longo dos últimos trimestres, fruto da política monetária implementada pelo Banco Central do Brasil (BCB). A desaceleração recente da alta nos preços ao consumidor tem uma relação direta com a queda nos preços internacionais e de várias *commodities* e com o recuo da cotação do dólar. Apesar dessa contribuição, a inflação de serviços persiste e a difusão da inflação no conjunto de bens e serviços permanece elevada. Por conta disso, o BCB optou corretamente pela manutenção dos juros.

É evidente que a melhoria do cenário da inflação e das suas expectativas, com uma maior convergência para as metas estabelecidas, abrirá espaço para a queda dos juros. Sob essa perspectiva, o BCB tem sido exemplar na conduta da política monetária, aguardando sinais mais concretos nessa direção antes de flexibilizar os juros. ■

PERDEMOS ALYSSON PAOLINELLI, O MAIOR BRASILEIRO DAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Por Roberto Rodrigues, professor emérito da Fundação Getulio Vargas (FGV)

Por que isso? Por que foi ele o grande farol do agro nacional, mostrando o caminho do crescimento do setor com base na tecnologia tropical sustentável, a partir da conquista do Cerrado do Centro-Oeste?

Por uma razão simples: até os anos 70 do século passado, o Brasil importava 30% dos alimentos que consumíamos. "Verdadeiro absurdo", pensava ele, um país do tamanho do nosso importar comida. Escolhido como ministro da Agricultura em 1974, colocou mãos à obra, montando uma equipe altamente qualificada e dando as condições para que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), fundada em 1973 por Cirne Lima, "domasse" o Cerrado do Centro-Oeste com ciência e inovação tecnológica.

A partir daí, Paolinelli organizou programas de conquista do Cerrado – como o Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Polocentro) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados (Prodecer) –, atraindo produtores rurais de todo o País, liderados por valorosos gaúchos, transformando a região em uma poderosa e competitiva produtora rural. Trata-se de uma espécie de Maracanã onde será jogada a partida final da Copa do Mundo da alimentação, que venceremos graças a Paolinelli, um líder insubstituível.

Com a sua visão de futuro, transformou o Brasil de um importador de alimentos no exportador atual para cerca de duzentos países em todos os continentes, suprindo mais de 800 milhões de pessoas com o necessário para viver. Por isto, ele é o maior brasileiro dos últimos tempos: inseriu o nosso País no cenário internacional por meio da condição essencial para a sobrevivência, a alimentação.

E é por isso, também, que ele é o nosso candidato ao Prêmio Nobel da Paz pelo terceiro ano consecutivo. Não haverá paz enquanto houver fome. Alysson ajudou a matar a fome no mundo e, portanto, é um construtor da paz.

Que Deus o tenha em Sua glória.

TÍTULOS DO AGRONEGÓCIO IMPULSIONAM O AGRO

A introdução de novos instrumentos de crédito privado, com as chamadas Novas Leis do Agro – nº 13.986/20 e nº 14.421/22 –, trouxe fundamentos importantes para o desenvolvimento desse mercado no agronegócio. As aplicações aumentaram de forma expressiva os estoques nos títulos da Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), do Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) e do Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA). Essa diversificação nas fontes de recursos torna os mecanismos de governança e os ambientes de negócios mais atrativos para investidores e tomadores de crédito rural.

ESTOQUES DOS TÍTULOS DO AGRONEGÓCIO EM ABRIL (R$ BILHÕES)

TÍTULOS	2021 (A)	2022 (B)	2023 (C)	Var. % (B) / (A)	Var. % (C) / (B)
LCA	117,17	131,51	390,12	12,24	196,65
CDCA	10,89	21,20	30,20	94,67	42,45
CRA	51,47	72,71	103,69	41,27	42,61

Fonte: B3 (10 de maio de 2023); elaboração: CGMF/DEFIN/SPA/MAPA

ACORDOS SANITÁRIOS NAS EXPORTAÇÕES DE FRANGO

O Brasil busca por uma revisão dos acordos comerciais com os seus parceiros para reduzir a probabilidade de restrições abrangentes às exportações. Esses acertos servem para soluções nos casos de surtos do vírus da influenza aviária de alta patogenicidade (IAAP) em rebanhos comerciais. As renegociações de protocolos sanitários acontecem em mais de 70% dos mercados externos, com medidas de biossegurança nas granjas comerciais, aliadas a rápidas detecção, contenção e erradicação dos focos de vírus da gripe asiática. A proposta segue orientações da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Sem ainda revisar os acordos, compradores como o Japão, o México e a África do Sul podem exigir medidas adicionais para garantir a segurança dos produtos avícolas importados.

AVANÇO NA CÉDULA DE PRODUTO RURAL

Criada em 22 de agosto de 1994, a Cédula de Produto Rural (CPR) representa a promessa de entrega futura do produto agropecuário. Em curto espaço de tempo, o título se tornou um dos principais meios alternativos para financiar a produção e a comercialização rurais. Após uma ampla revisão, a Lei nº 13.986/20 condicionou a exigência de registro ou depósito centralizado do instrumento em entidades credenciadas pelo Banco Central do Brasil (BCB) a partir de 2021. A medida deu mais segurança e pluralidade aos métodos existentes de captação. Esse processo de modernização requer mais tração de capital dos agentes financeiros, dos próprios produtores, das *traders*, das revendas, das distribuidoras e das cooperativas.

CÉDULA DE PRODUTO RURAL EM ABRIL

ITEM	2021 (A)	2022 (B)	2023 (C)	Var. % (B) / (A)	Var. % (C) / (B)
Estoque (R$ bilhões)	37,33	132,33	239,89	254,49	81,28
Registro (R$ bilhões)	27,95	131,49	218,91	370,45	66,48
Quantidade (milhares de unidades)	22,00	61,00	136,00	177,27	122,95

Fontes: B3; CERC; CRDC; elaboração: CGMF/DEFIN/SPA/MAPA

RECUPERAÇÃO NA PRODUÇÃO DE CAFÉ

A cafeicultura brasileira passou por duas temporadas alvoroçadas depois de o tamanho da colheita ter batido uma quantidade recorde – de 63,08 milhões de sacas – em 2020. Em 2021, houve uma queda na produção com a bienalidade negativa, junto de geadas, longas estiagens e temperaturas acima do normal. No decorrer de 2022, condições climáticas favoráveis possibilitaram recuperar a capacidade produtiva das plantações de café Arábica. Com estoques baixos de passagem, a colheita de 2023 intensifica-se entre junho e julho, com um cenário de preços firmes para favorecer o comércio externo durante o segundo semestre.

BRASIL: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE CAFÉ (MILHÕES DE SACAS)

ANO	Arábica	Conilon	TOTAL
2014	32,31	13,04	45,35
2015	32,05	11,19	43,24
2016	43,38	7,99	51,37
2017	34,25	10,70	44,95
2018	47,48	14,17	61,65
2019	34,30	15,01	49,31
2020	48,77	14,31	63,08
2021	31,43	16,93	48,36
2022	32,72	18,20	50,92
2023	37,92	16,81	54,73

Fonte: Conab (maio de 2023)

LIDERANÇA BRASILEIRA NA PRODUÇÃO DE LARANJA

A colheita de laranja avança na área citrícola de São Paulo e Minas Gerais, com a safra de 2023/24 estimada em 309,34 milhões de caixas de 40,8 quilos – uma queda de 1,55% em relação à temporada anterior, de acordo com o primeiro levantamento elaborado pelo Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus). Com essa produção de matéria-prima, o País se mantém isolado na posição de liderança no mercado de suco de laranja. Fragilizado com os impactos da doença do *greening* e a passagem desastrada do furacão Ian, os Estados Unidos (EUA) colheram a menor quantidade de frutas em 86 anos: apenas 60,1 milhões de caixas, tendo uma redução de 22% em comparação ao ciclo anterior.

BRASIL E ESTADOS UNIDOS: PRODUÇÃO DE LARANJA (MILHÕES DE CAIXAS DE 40,8 QUILOS)

SAFRA	Brasil	EUA
2013/14	284,9	150,5
2014/15	308,8	141,3
2015/16	300,7	135,4
2016/17	245,3	113,1
2017/18	398,3	86,2
2018/19	285,9	120,7
2019/20	398,0	116,8
2020/21	286,7	97,6
2021/22	262,9	77,2
2022/23	314,2	60,1

Fontes: Fundecitrus; USDA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A DESCARBONIZAÇÃO DA MATRIZ DE COMBUSTÍVEIS

A busca pela sustentabilidade se tornou um dos principais objetivos da sociedade nas últimas décadas. O *webinar* organizado pelo Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV) traz como tema central os avanços das políticas públicas para a descarbonização da matriz de combustíveis e energia do Brasil. O seminário online, mediado pela pesquisadora Fernanda Valente, teve como convidados Pietro Mendes, secretário da Secretaria Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia (SNPGB/MME), e Luciano Rodrigues, pesquisador do OCBio e diretor de Economia e Inteligência Estratégica da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica).

Assista ao evento completo por meio do QR *code* a seguir:

ECONOMIA: CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

Daniel Vargas, coordenador-executivo do OCBio, participou do Fórum Rádio Bandeirantes, intitulado "Economia: crescimento sustentável". O debate abordou as boas práticas na agricultura e na pecuária, o uso de tecnologia e a necessidade de o Brasil adaptar-se aos critérios de sustentabilidade internacionais. Vargas destacou a transição verde em curso, na qual a natureza é considerada uma aliada da economia no século XXI, e a relevância da pecuária como uma atividade potencial no processo de redução de emissões de carbono.

Assista ao programa completo por meio do QR *code* a seguir:

ONZE ANOS DO CÓDIGO FLORESTAL

Em maio último, o Código Florestal brasileiro completou onze anos da sua aprovação. Leonardo Munhoz, pesquisador do OCBio, destaca a importância dessa legislação ambiental que estabelece regras e diretrizes para a proteção e o uso sustentável das florestas e demais formas de vegetação nativa no País: "a completa implementação do Código Florestal é um ponto-chave para que o Brasil atinja uma parte das suas metas climáticas no Acordo de Paris, bem como tem a oportunidade de se tornar um selo de sustentabilidade no campo, fortalecendo a pauta comercial e de exportação dos produtos agropecuários brasileiros".

Acesse a publicação completa por meio do QR *code* a seguir:

SEMINÁRIO DE BIOECONOMIA

O seminário "Agro e Sustentabilidade: Desafios e Oportunidades na Nova Economia", promovido pelo OCBio, contou com a participação de Marcelo A. Boechat Morandi, *senior researcher* da Embrapa. De acordo com Morandi, "a agenda do desenvolvimento que está sendo estruturada no âmbito do Acordo de Paris influenciará a economia nas próximas décadas. A janela de oportunidades que a transição traz é curta e será ocupada. A 'Agenda Brasil' precisa ser construída. Temos vantagens comparativas, competitivas e colaborativas".

Assista ao seminário completo por meio do QR *code* a seguir:

AGROINDÚSTRIA VOLTA A CRESCER

De acordo com o Índice de Produção Agroindustrial (PIMAgro), do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro), a produção da agroindústria registrou uma expansão de 1,4% em março último frente a fevereiro do mesmo ano, já considerando os ajustes sazonais – essa é a primeira alta após dois meses consecutivos de queda.

A expansão da produção agroindustrial em março foi derivada tanto do segmento de produtos alimentícios e bebidas, como do segmento de produtos não alimentícios, que apresentaram taxas de crescimento de, respectivamente, 1,6% e 1,2% no mesmo período. Dentro desses segmentos, quase todos os setores registraram expansão para essa base de comparação. As únicas exceções foram:

- Insumos agropecuários (-0,4%): é a quarta contração na comparação mensal. O setor iniciou este ano com estoques de passagem bem expressivos, o que deve impedir um aumento de produção desse setor no primeiro semestre do ano.
- Fumo (-1,1%): uma grande parte dessa contração deve-se à base larga de comparação, uma vez que, em fevereiro último, a produção do setor expandiu 12,8% frente ao mês anterior.

Entre os destaques positivos, estão:

- Produtos alimentícios (1,5%): crescimento puxado, notadamente, pela produção de alimentos de origem vegetal (3,7%).
- Bebidas (2,1%): alta puxada tanto pela produção de bebidas alcoólicas (1,9%), como (e principalmente) pela de bebidas não alcoólicas (2,3%).
- Produtos têxteis (4,4%): é a quarta expansão mensal consecutiva, após um período de sete meses de contrações sucessivas. O setor, finalmente, esboça algum sinal de reação, porém ainda está longe de zerar as perdas dos últimos anos.
- Biocombustíveis (1,1%): os reajustes no preço da gasolina estão conferindo uma maior competitividade ao etanol hidratado ao longo deste ano, o que favorece a sua produção.

"Apesar do desempenho mais favorável em março último, a produção agroindustrial fechou o primeiro trimestre do ano com uma retração de 1,4% na sua produção física em relação ao mesmo período do ano anterior."

Apesar do desempenho mais favorável em março último, a produção agroindustrial fechou o primeiro trimestre do ano com uma retração de 1,4% na sua produção física em relação ao mesmo período do ano anterior.

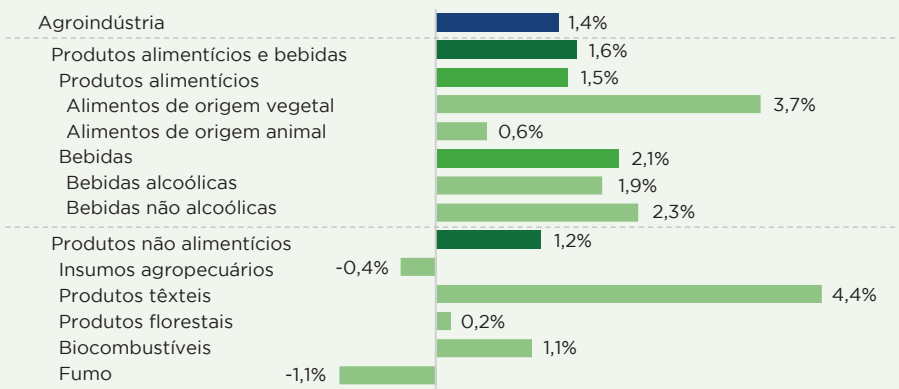
Porém, a contração da produção agroindustrial não foi necessariamente generalizada: o segmento de produtos alimentícios e bebidas apresentou um crescimento de 1,2%, impedindo, portanto, uma retração ainda maior.

Nesse sentido, fica evidente que, assim como a agroindústria foi impactada negativamente pelo desaquecimento da economia brasileira nos dois primeiros meses do ano, o maior fôlego em março último se deve, em grande parte, ao melhor desempenho econômico do País nesse mês, que demonstrou um maior aquecimento em relação ao observado no primeiro bimestre do ano. Assim, registraram-se uma evolução positiva dos indicadores de confiança, uma maior acomodação nos índices de preços e uma melhora nos desequilíbrios da cadeia global de suprimentos.

Contudo, é importante salientar que o setor ainda tem de lidar com questões conjunturais internas que dificultam a retomada de uma trajetória mais robusta, tais como uma taxa de juros que está ainda maior e um mercado de trabalho que ainda patina e que conta com uma alta informalidade.

AGROINDÚSTRIA: VARIAÇÃO MENSAL DA PRODUÇÃO (MARÇO DE 2023 *VERSUS* FEVEREIRO DE 2023, COM AJUSTE SAZONAL)

Após dois meses consecutivos de queda, a produção da agroindústria aumentou 1,4% em março último.



Fonte: FGV Agro, com base nos dados da PIM-PF/IBGE

COOPERATIVAS SÃO RELEVANTES NO CRÉDITO, MAS NÃO NO SEGURO RURAL

ROBERTA POSSAMAI[1], FELIPPE SERIGATI[2]

As cooperativas de crédito ganham cada vez mais relevância como fornecedoras de crédito rural, mas não têm o mesmo destaque no mercado de seguro rural. Isso ocorre devido aos desafios e aos possíveis desgastes relacionados ao mercado de seguro, como incerteza jurídica, subjetividade nas avaliações dos peritos etc. Apesar disso, as cooperativas têm potencial para ser parceiras estratégicas na disseminação do seguro rural, pois possuem um amplo banco de dados sobre os cooperados, reduzindo assimetrias de informação e reunindo perfis heterogêneos de produtores agropecuários.

O CRÉDITO agrícola e o seguro rural desempenham um papel fundamental como instrumentos de política agrícola na economia brasileira. O primeiro tem o objetivo de assegurar o fornecimento de recursos para financiamento das atividades agropecuárias, e o último visa reduzir os riscos inerentes à produção "dentro da porteira". Entre os *players* que poderiam atuar ofertando esses mecanismos, estão as cooperativas de crédito.

Em relação ao crédito rural, observa-se que, ao longo do tempo, as cooperativas vêm ganhando cada vez mais espaço. Nesse sentido, constata-se que, na safra 2022/23 (até maio último), esse tipo de instituição tornou-se o segundo mais relevante em volume de financiamento agrícola concedido, ultrapassando os bancos privados e ficando atrás somente dos bancos públicos.

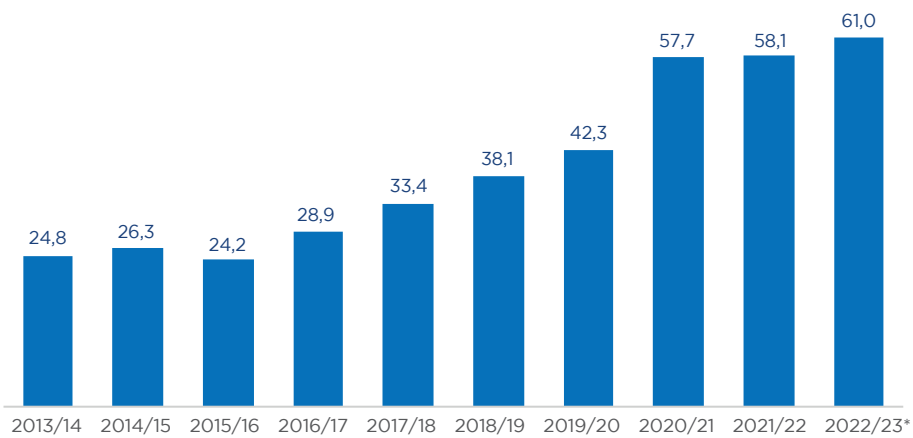
Todavia, ao analisar o mercado de seguro rural, as cooperativas de crédito não têm o mesmo destaque, uma vez que, entre outras razões, dado o nível de maturidade do mercado de seguro rural no Brasil, essas operações ainda são uma fonte de possíveis desgastes das cooperativas junto a seus cooperados. Logo, muitas preferem não realizar esforços significativos para intermediar a oferta de seguro rural para seus produtores.

CRESCIMENTO DO CRÉDITO OFERTADO PELAS COOPERATIVAS

Apesar de não serem as principais ofertantes de crédito rural, as cooperativas de crédito têm ganhado relevância nesse assunto ao longo do tempo, e isso ficou ainda mais claro na safra 2022/23. Considerando os dados da Matriz de Dados do Crédito Rural (MDCR), do Banco Central do Brasil (BCB), entre os ciclos 2021/22 e 2022/23 (nesse caso, com dados até maio último), o volume de crédito rural, em termos reais, concedido pelas cooperativas de crédito aumentou 5,0%, alcançando cerca de R$ 61,0 bilhões.

Ao mesmo tempo, as demais instituições registraram, em média, uma contração

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL REAL CONCEDIDO PELAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO (R$ BILHÕES)



*Os dados são de até maio de 2023; valores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), sendo base o período entre julho de 2022 e maio de 2023
Fonte: BCB

A LINHA DE CUSTEIO LIDEROU A ALTA DO CRÉDITO OFERTADO PELAS COOPERATIVAS

No período, a expansão real da oferta de crédito rural por parte das cooperativas foi liderada, sobretudo, pelo crescimento da linha para custeio, que tem como objetivo fornecer capital de giro para gastos operacionais de desenvolvimento e manutenção do ciclo de produção da atividade agropecuária. Esse tipo de financiamento aumentou 11,9% e representou, na safra 2022/23, mais de 77,0% de todo o volume de crédito rural ofertado pelas cooperativas.

As linhas de crédito para comercialização (17,7%) e industrialização (219,7%) também aumentaram de forma robusta, porém respondem por uma parte menor do crédito rural ofertado pelas cooperativas (respectivamente, 8,3% e 2,3% do total). O crédito destinado aos investimentos, por sua vez, registrou uma contração de 34,3%, perdendo representatividade ao longo do período, passando de 19,3% do total, na safra 2021/22, para 12,1%, no ciclo 2022/23.

Ou seja, com o aumento dos custos de produção dos insumos e o aperto das margens, o produtor captou, tanto das cooperativas, como das demais instituições, um maior volume de financiamento para o custeio, a comercialização e a industrialização em detrimento do crédito para investimentos. Foram postergadas, assim, ações como a ampliação da capacidade de armazenagem e a aquisição de novas máquinas.

de 4,5% – essa queda foi derivada dos bancos públicos, que diminuíram sua concessão de crédito rural em 1,4%, e, notadamente, dos bancos privados, que tiveram seu volume de financiamento reduzido em 18,4%. Como consequência, a participação das cooperativas de crédito no total de financiamento rural concedido aumentou, entre os dois últimos anos-safra, de 8,7% para 9,5% (na safra 2013/14 – início da série histórica disponível –, a representatividade era de apenas 4,7%).

BAIXO DESEMPENHO NO MERCADO DE SEGURO

O desempenho das cooperativas não é o mesmo no mercado de seguro rural. Entre os motivos, pode-se destacar que, dado o nível de maturidade do mercado de seguro rural no Brasil – que, é importante salientar, vem melhorando ao longo do tempo –, algumas características do processo de comercialização de seguros podem ser fontes potenciais de geração de desgaste entre cooperativas e cooperados, afastando-as desse mercado. Entre elas, tem-se:

- Problemas de seleção adversa (ocorre quando uma parte é levada a tomar uma má decisão devido a uma assimetria de informação);
- Problemas de risco moral (ocorre quando uma das partes do negócio passa a adotar condutas contrárias às combinadas);
- Incerteza jurídica ainda presente no Brasil, principalmente envolvendo produtores agropecuários;
- Incerteza associada à contrapartida da subvenção por parte do governo federal;
- Espaço para subjetividade nas avaliações dos peritos.

Assim, como o ativo mais importante para as cooperativas é a percepção de valor que seus cooperados percebem nessa relação junto a suas cooperativas, o custo para essa instituição de uma operação que possa deteriorar essa percepção/relação torna-se muito elevado.

COOPERATIVAS COMO CANAL DE DISSEMINAÇÃO DO SEGURO RURAL

As cooperativas, contudo, têm potencial para ser parceiras estratégicas para levarem seguros aos produtores agropecuários, uma vez que possuem certas qualidades que podem auxiliar o processo de diluição do risco e, consequentemente, de viabilização do seguro. Por exemplo: as cooperativas contam, de modo geral, com um amplo banco de dados sobre seus cooperados – isso pode ajudar a reduzir a assimetria de informação e permitir calcular de forma mais precisa o risco associado a cada contrato. Ademais, as cooperativas podem reunir cooperados com perfil mais heterogêneo, principalmente em termos de produtos transacionados e de regiões atendidas.

Ou seja, fica evidente que as cooperativas podem ser um bom canal para que o mercado de seguro no Brasil funcione melhor. Basta que haja um maior desenvolvimento do instrumento de seguro rural. A boa notícia é que esse mecanismo de política agrícola vem fortalecendo-se ao longo dos anos, e, num futuro não muito distante, pode ser que fique mais confortável para as cooperativas entrarem nesse mercado, assim como já fazem no de crédito agrícola. ■

1 Pesquisadora do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) – roberta.possamai@fgv.br

2 Professor e pesquisador do FGV Agro – felippe.serigati@fgv.br

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO EM ACELERAÇÃO

LUIZ CLÁUDIO CAFFAGNI*

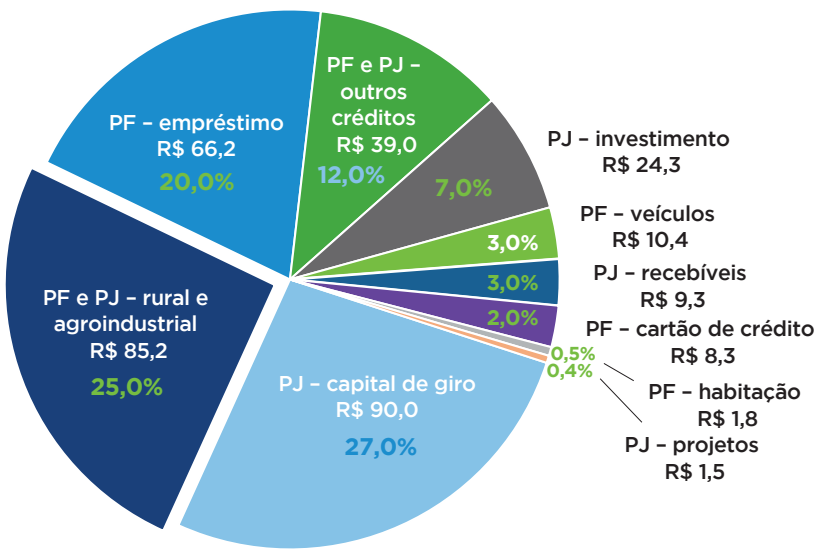
O cooperativismo de crédito carrega importantes vantagens competitivas dentro do sistema bancário do País, sobretudo diante do atual ambiente de fortalecimento dos mercados de recebíveis no agro. A conquista de uma participação mais relevante nesse mercado passa pelo esforço contínuo de governança, gestão de riscos, processos, controles internos e capital.

AS COOPERATIVAS de crédito são instituições financeiras que pouco diferem dos bancos comerciais. As diferenças estão no modelo societário, no qual o cooperado (cliente) é dono da cooperativa, e na relação comercial, que só pode ser realizada com associados.

Do total de R$ 4,7 trilhões de operações de crédito do mercado bancário em março último, o Sistema Nacional de Cooperativas de Crédito (SNCC) representava apenas 8,0% (R$ 372 bilhões); o restante (92,0%) é disponibilizado pelos bancos comerciais. No entanto, essa participação vem crescendo na comparação anual, mostrando que o sistema é competitivo – entre 2018 e 2023 (utilizando o mês de março como referência), as operações de crédito das cooperativas cresceram 266%, contra 66% dos bancos comerciais.

GRÁFICO 1 – PERFIL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO NAS COOPERATIVAS SINGULARES* EM MARÇO DE 2023 (R$ BILHÕES)

As atividades diretamente relacionadas ao setor agro correspondiam a 25% do total de suas operações, de R$ 336 bilhões.



*As cooperativas denominadas singulares são aquelas que oferecem serviços diretamente aos cooperados (pessoas físicas e pessoas jurídicas)
Fonte: BCB; elaboração pelo autor

Por outro lado, ao analisar o perfil do crédito disponibilizado pelas cooperativas de crédito (Gráfico 1), nota-se que as atividades do setor agro correspondiam a 25% do total de suas operações (R$ 336 bilhões) em março último. Certamente, os produtores e as empresas rurais também contratam outras linhas de serviços e de produtos oferecidas pelas cooperativas.

Ainda mais relevantemente, quando olhamos para o crédito rural associado aos últimos Planos Safra, descobrimos que as cooperativas de crédito vêm conquistando posições de destaque. No último ano-safra, elas foram responsáveis por operar quase 20% de todo o crédito rural, superando os bancos comerciais privados. Justamente na safra 2022/23, houve uma inversão da participação no fornecimento de crédito rural total pelas cooperativas de crédito em relação aos bancos privados (*vide* Gráfico 2). O crescimento em relação à safra 2018/19 foi de 103%, acompanhando o desempenho dos bancos públicos, que foi de 110%. Entre os bancos privados, o crescimento foi de 20% no mesmo período.

OPERAÇÕES COM LCA

A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é um título de crédito de emissão exclusiva de instituições financeiras (entre as quais, cooperativas do SNCC), cujos lastros são títulos recebíveis

oriundos do agro (como a Cédula de Produto Rural – CPR – de operações de *barter*). Essa operação é conhecida genericamente pelo nome de "securitização de recebíveis".

Deve-se salientar que o grande desafio das estruturas de securitização de recebíveis está no correto dimensionamento do risco de crédito do devedor, algo muito bem determinado pelas cooperativas de produção.

Dos pontos de vista da estratégia de captação de recursos e da concessão de crédito, as cooperativas de crédito possuem uma relevante vantagem comparativa em relação às demais instituições financeiras. Por se apoiarem na intercooperação (um dos sete princípios do cooperativismo), a proximidade com as cooperativas de produção gera um efeito sinérgico positivo, sobretudo pela qualidade de informação cadastral dos cooperados com que transacionam.

Deste modo, as cooperativas possuem uma vantagem competitiva na avaliação do perfil de seus clientes (cooperados) e nas tomadas de decisão estratégicas, tais como distribuição de operações de crédito para microprodutores com tíquete médio baixo.

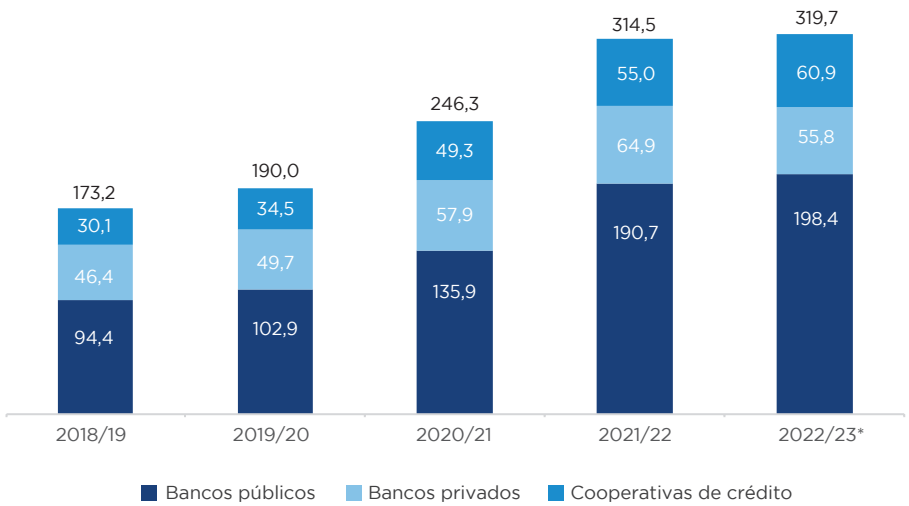
Duas importantes informações sobre a emissão de LCAs, demonstradas no Gráfico 3, são: (i) nos últimos anos, houve um fantástico crescimento das emissões de LCAs para o financiamento do crédito rural (158% entre as safras 2018/19 e 2022/23); e (ii) na safra 2022/23, a participação das cooperativas de crédito foi de 10%, empatando com a da Caixa Econômica Federal e superando a de todos os bancos privados.

A LCA é um título beneficiado pela isenção de imposto de renda sobre ganhos de capital para pessoas físicas, além de contar com uma garantia do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) de até R$ 250 mil. Essas características tornam esse título muito atrativo para o investidor, o que, associado à obrigatoriedade (determinada pelo Banco Central do Brasil – BCB) de direcionamento de 35% dos recursos captados para crédito rural, explica o crescimento da emissão de LCAs.

Diante das vantagens competitivas do SNCC, pode-se prever um grande potencial de crescimento para a participação das cooperativas de crédito na emissão de LCAs.

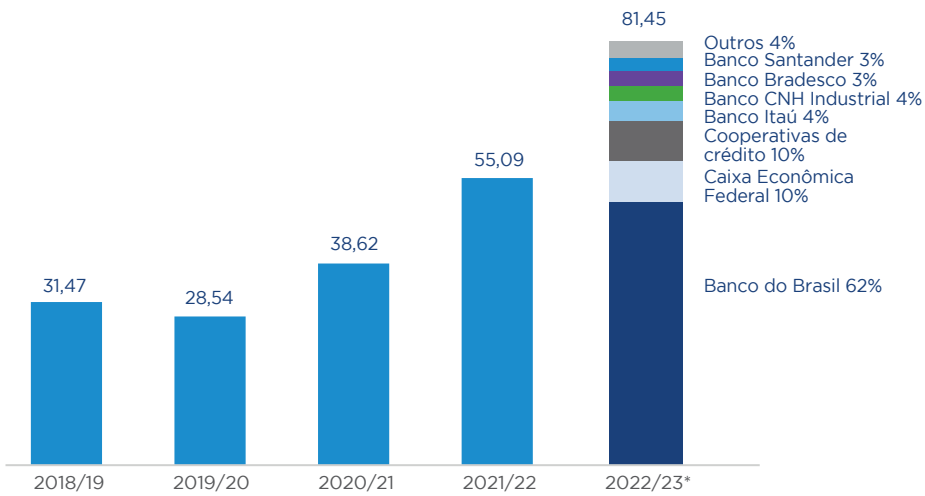
GRÁFICO 2 – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NA DISPONIBILIZAÇÃO DO CRÉDITO RURAL (R$ BILHÕES)

Na safra 2022/23, houve uma inversão da participação das cooperativas nas operações de crédito rural em relação aos bancos privados. Em comparação à safra 2018/19, o crescimento foi de 103%, enquanto os bancos privados cresceram 20%.



*Até maio de 2023
Fonte: Derop/BCB; elaboração pelo autor

GRÁFICO 3 – EMISSÃO DE LCAS ASSOCIADAS AOS PLANOS SAFRA (R$ BILHÕES)



*Até maio de 2023
Fonte: Derop/BCB; elaboração pelo autor

ENTENDENDO O SISTEMA COOPERATIVO DE CRÉDITO

O cooperativismo de crédito representa o ramo financeiro do sistema cooperativo. Os demais ramos são: agropecuário, de transporte, de trabalho, de produção de bens e serviços, de saúde, de consumo e de infraestrutura.

As principais motivações do cooperativismo de crédito estão relacionadas à popularização do acesso de pequenos e médios correntistas, à relativa manutenção dos recursos na localidade de origem e à possibilidade de os cooperados receberem sobras financeiras dos resultados positivos de cada exercício.

A figura mostra de maneira simplificada a organização do SNCC ao lado do sistema bancário. Ambos são autorizados, regulados e monitorados pelo BCB. O SNCC está organizado em três níveis:

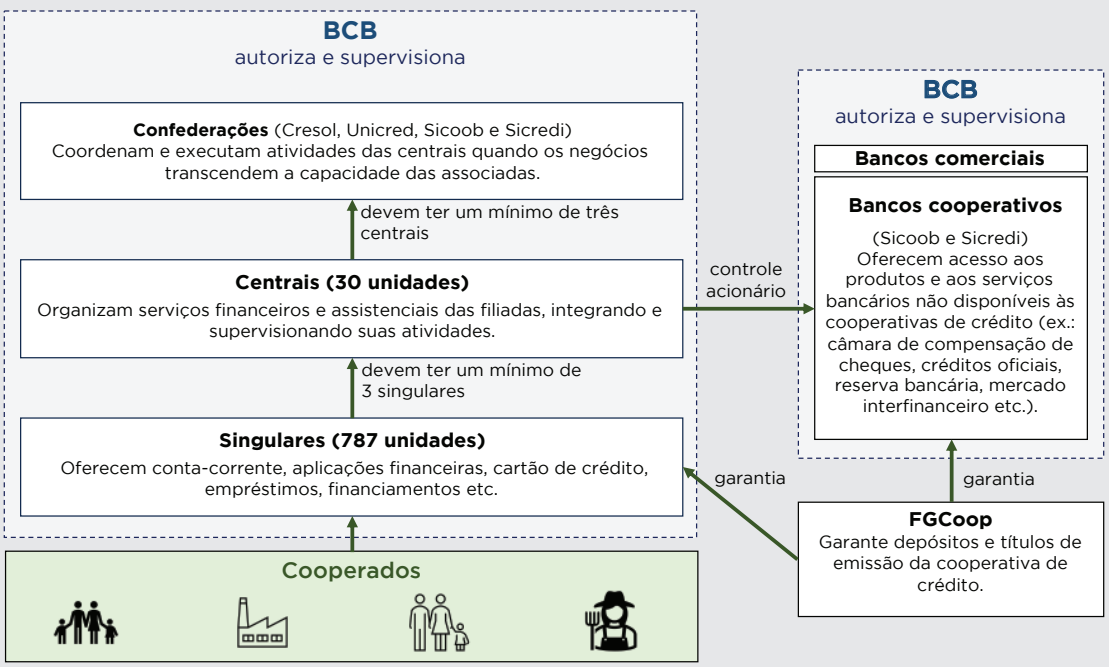
- No primeiro nível, figuram as cooperativas de crédito **singulares**, onde estão conectados os cooperados (pessoas físicas e jurídicas);
- No segundo nível, estão as **centrais**, que integram sistemas, serviços e atividades das cooperativas de crédito singulares, além de auxiliarem no papel de governança e supervisão;
- No terceiro nível, estão as **confederações**, que reúnem cooperativas centrais cujo propósito é apoiar as respectivas associadas.

Além desses atores, existem, ainda, dois **bancos** cooperativos: o Sicredi e o Sicoob, que oferecem serviços bancários não acessados pelo SNCC.

Essa estrutura verticalizada permite que cooperativas de crédito singulares possam se distribuir em todo o território nacional com infraestruturas mais simples, usufruindo sistemas, serviços e produtos mais complexos mantidos pelas centrais, pelas confederações e pelos bancos cooperativos.

Assim como no sistema bancário, o SNCC possui o seu FGCoop. Este garante, por cooperado, o valor de até R$ 250 mil de recursos em depósitos à vista, poupança e títulos de emissão de cooperativas de crédito, como o Certificado de Depósito Cooperativo (CDC), a Letra de Câmbio (LC), a Letra Hipotecária (LH), a Letra de Crédito Imobiliária (LCI), a LCA etc.

SNCC, BANCOS COOPERATIVOS E FGCOOP



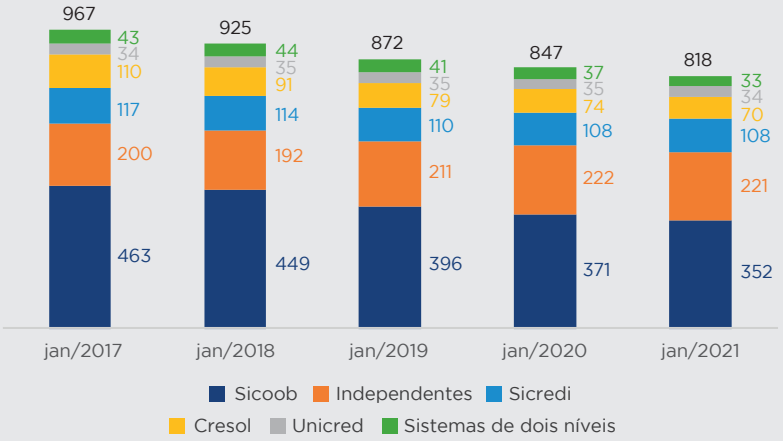
Fonte: elaboração pelo autor

Nem todas as cooperativas organizam-se de maneira verticalizada, estando presentes nos três níveis. Existem, também, cooperativas de crédito independentes (operam apenas como singulares) e cooperativas que se organizam em dois níveis (singulares e centrais).

O cooperativismo de crédito vem se consolidando, com uma redução no número de participantes (*vide* Gráfico 4): o número caiu de 967, em 2017, para 818, em 2021. Note que 27,0% (221) das cooperativas singulares são independentes (único nível), ou seja, não se beneficiam do compartilhamento do arcabouço verticalizado (dois ou três níveis).

GRÁFICO 4 – COOPERATIVAS SINGULARES POR SISTEMA

Das cooperativas singulares, 27,0% são independentes (único nível), ou seja, não se beneficiam do compartilhamento do arcabouço verticalizado (dois ou três níveis).



Fonte: BCB

DISTRIBUIÇÃO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO

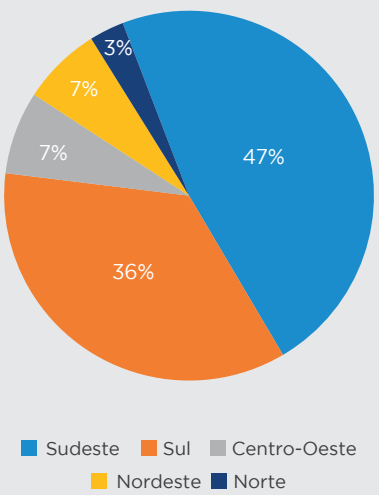
Quanto à sua distribuição, as cooperativas de crédito estão mais concentradas nos estados do Sul e do Sudeste do País, onde a cultura do cooperativismo já está consolidada.

Nas regiões Nordeste e Norte, as cooperativas de crédito ainda deparam-se com o desafio da consolidação, realidade que vem melhorando nos últimos anos.

A Agenda BC#, programa do BCB que busca a democratização financeira, vem fomentando ações para o cooperativismo de crédito nas dimensões de inclusão e educação financeira.

GRÁFICO 5 – COOPERATIVAS DE CRÉDITO SINGULARES POR REGIÃO DO PAÍS EM MAIO DE 2023

As cooperativas de crédito estão concentradas nos estados do Sul e do Sudeste do País.



Fonte: BCB; elaboração pelo autor

No âmbito rural, o modelo de cooperativismo de crédito vai ao encontro da vontade do regulador (o BCB) de interiorizar e aumentar o acesso aos serviços e aos produtos bancários com estabilidade e transparência.

Quando comparados a população e o número de cooperados que moram fora das capitais, constata-se que, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, além dos estados da Bahia, do Pará e de Rondônia, a proporção dos cooperados fora das capitais é superior à proporção da população fora, indicando uma maior interiorização do cooperativismo de crédito.

Já na maioria dos estados das regiões Nordeste e Norte, essa realidade inverte-se, o que indica a necessidade de um esforço adicional do SNCC para garantir acesso às populações interiorizadas dessas regiões. ■

Nota: agradeço, pelas valiosas contribuições, a Seneri Paludo, diretor-executivo do Sicredi

*Consultor em crédito e derivativos no agronegócio, membro dos Conselhos de Administração da Sombrero Seguros e da Black Wheels, sócio da Archer Education e professor dos Programas de Pós-Graduação Lato Sensu da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Fundação Getulio Vargas (FGV) – luiz@archereducation.com.br

MERCADO DE LEITE: ENTRESSAFRA PODE SER DE PREÇOS BAIXOS

FELIPE DE LIMA JUNQUEIRA FRANCO FABRI[1], JÉSSICA OLIVIER[2]

Em meio à menor oferta nos primeiros meses do ano, os preços do leite subiram em plena safra de capim. Com a entressafra adiante, a expectativa é de queda para os preços.

POR CONSEQUÊNCIA da maior produção de leite, este ano iniciou com uma queda no preço pago ao produtor ante o fechamento de 2022.

A expectativa era de que a pressão de baixa persistisse ao longo do primeiro semestre, mas o quadro não se consolidou, pois o Rio Grande do Sul – grande bacia leiteira do País – foi afetado pelo clima. A severa estiagem enfrentada pelo estado levou à quebra da produção de milho e soja local e, por consequência, impactou a produção de pastagem e silagem e, assim, reduziu a captação.

Ademais, os custos de produção elevados e os desinvestimentos no setor, com destaque para o custo com a alimentação, seja para aumentar a produtividade no período das águas ou para mantê-la no período seco, marcaram o mercado.

Vivemos, no início deste ano, a manutenção dos preços elevados das *commodities* agrícolas, que começaram



a cair a partir de abril último, com o avanço da colheita da safra de verão e a disponibilidade de uma maior oferta.

Com isso, o primeiro trimestre do ano foi marcado por uma menor suplementação do rebanho e uma queda na captação. Nesse sentido, o destaque, mais uma vez, foi o Rio Grande do Sul, que enfrentou uma séria estiagem.

O QUE ESPERAR PARA A ENTRESSAFRA

Para os pagamentos realizados em junho último, referentes à produção entregue em maio, a expectativa é de estabilidade a alta quanto à tendência dos preços.

Já para o pagamento a ser realizado neste mês (referente à produção entregue em junho último), a perspectiva é incerta. Pelo momento de entressafra de capim na região Central brasileira, espera-se que os preços subam.

Por outro lado, o uso de pastagens de inverno na região Sul e a sazonalidade menos intensa de oferta de capim na região Nordeste tendem a melhorar a produção, pressionando os preços nesses mercados.

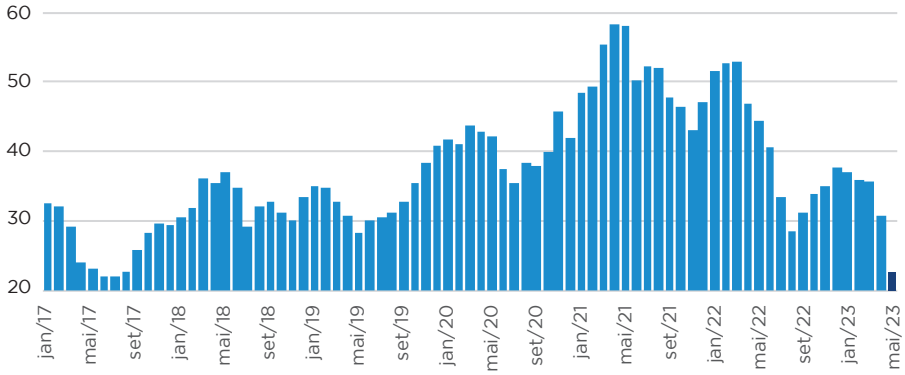
Deve-se prestar atenção, porém, aos custos de produção. Desde abril último, os preços dos insumos estão em queda no Brasil, e o Índice de Custos de Produção da Atividade Leiteira, mensurado pela Scot Consultoria, caiu 5,6% em maio (ante abril), atingindo o menor patamar desde janeiro de 2022.

Com relação à alimentação, principal ponto de destaque, o poder de compra do produtor de leite em relação ao milho, por exemplo, encontra-se no melhor nível desde 2017 (*vide* Figura 1).

Com os custos de produção menores e o preço do leite em alta no primeiro semestre, o produtor pode investir na nutrição do rebanho durante a entressafra – principalmente no Centro-Sul brasileiro. Com isso, o quadro de oferta

FIGURA 1 – RELAÇÃO DE TROCA: LITROS DE LEITE* NECESSÁRIOS PARA COMPRAR 1 SACA DE MILHO**

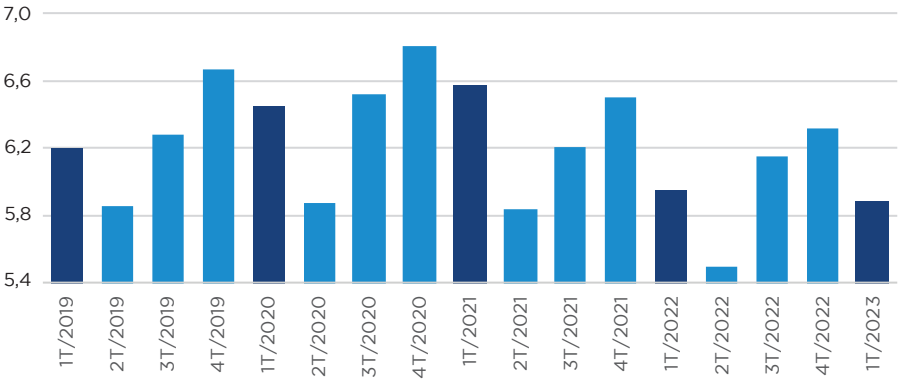
O poder de compra do produtor de leite em relação ao milho encontra-se no melhor nível desde 2017.



*Preço médio no Brasil; **Preço médio em Campinas-SP
Fonte: Scot Consultoria

FIGURA 2 – BRASIL: QUANTIDADE DE LEITE CRU, RESFRIADO OU NÃO, ADQUIRIDO (BILHÕES DE LITROS)

O primeiro trimestre de 2023 registrou o volume de captação de leite mais baixo dos últimos cinco anos para o período.



Fonte: IBGE; elaboração: Scot Consultoria



pode, dentro dos próximos meses, pesar menos e limitar o potencial de altas expressivas às cotações.

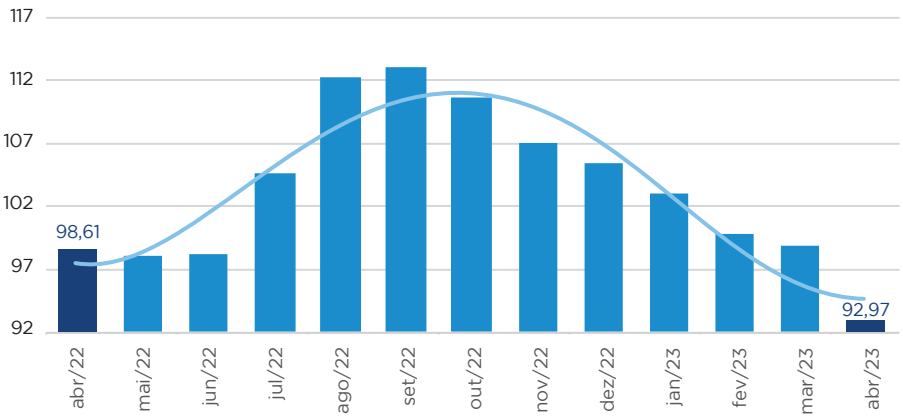
Outro ponto de atenção, e que deverá ser acompanhado de perto, é a importação de produtos lácteos. Esta, no Brasil, é muito maior do que a exportação. De 2018 a 2022, o volume importado, na média do período, é cinco vezes maior do que o exportado. Neste ano, até maio, essa relação está em 9,7 – 110,4 mil toneladas importadas frente a 11,4 mil toneladas exportadas.

Em meio a esse cenário, temos visto a balança comercial, nos últimos meses, chegar aos patamares mais negativos da série histórica existente desde 1997. Em maio último, o recorde foi batido, totalizando US$ 103,49 milhões de déficit.

Com os custos de produção menores e o preço do leite em alta no primeiro semestre, o produtor pode investir na nutrição do rebanho na entressafra, limitando o potencial de alta dos preços.

FIGURA 3 – ÍNDICE DE CAPTAÇÃO DE LEITE DA SCOT CONSULTORIA NO BRASIL (BASE 100 = MARÇO DE 2011)

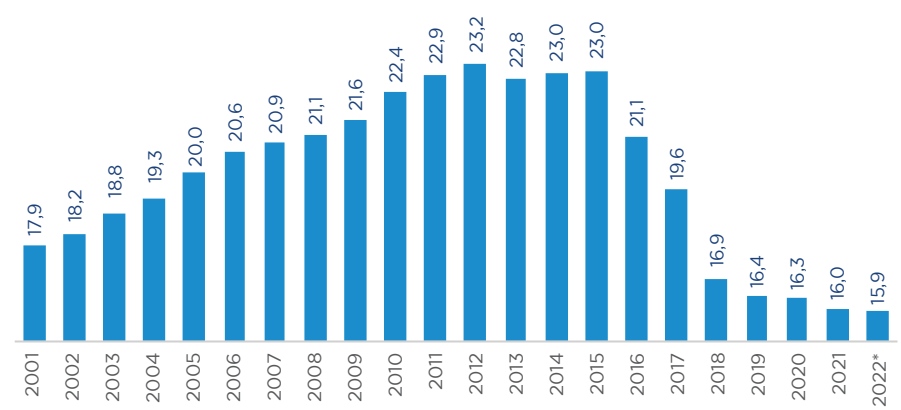
A captação seguiu em queda no segundo trimestre, registrando um índice inferior ao de 2022.



Fonte: Scot Consultoria

FIGURA 4 – BRASIL: NÚMERO DE VACAS ORDENHADAS (MILHÕES DE CABEÇAS)

A quantidade de vacas ordenhadas caiu 30,8% entre 2015 e 2022. Ainda, 2022 apresentou o menor rebanho desde 2001.



*Como a pesquisa é liberada ao fim do ano, consideramos o rebanho vigente como o de entrada no ano próximo ano
Fonte: PPM/IBGE (2021); elaboração: Scot Consultoria

Nos últimos meses, os preços praticados no mercado externo têm estado mais competitivos frente àqueles que têm sido pagos ao produtor.

Não estranhe se, expostos esses fatores, os preços no mercado de leite caírem no segundo semestre – no período de entressafra –, contrariando seu comportamento histórico.

A DINÂMICA RECENTE DO MERCADO DE LEITE

A captação de leite no Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), caiu no primeiro trimestre (*vide* Figura 2) e, de acordo com o Índice de Captação de Leite da Scot Consultoria, seguiu em queda no segundo trimestre (*vide* Figura 3).

Na época das águas, há uma maior disponibilidade de pasto de boa qualidade, e, na seca, diminui a quantidade do alimento, fato chamado de "estacionalidade de produção".

Sazonalmente, a oferta de leite no Brasil tende a ser maior no primeiro semestre, em função do volume médio de chuvas no País e da safra de capim. Essa sazonalidade de chuvas gera uma oscilação no volume de leite captado pelo setor de laticínios. Há uma maior produção de leite nas águas, aumentando a oferta da matéria-prima (leite cru); já nas secas, ocorre o oposto.

Um fato que chama a atenção, conforme apresentado na Figura 4, é a queda na quantidade de vacas ordenhadas no País, que reduziu 30,8% entre 2015 e 2022. Este último ano atingiu o menor número de cabeças ordenhadas do período analisado, iniciado em 2001. Foi tal fato que impulsionou os preços pagos aos produtores, com destaque para 2021 e 2022. ■

1 Zootecnista da Scot Consultoria
2 Engenheira-agrônoma da Scot Consultoria

Descubra a diferença do RH com a Employer



Processos especializados para o AGRO

Contratação ágil de trabalhadores, em escala, para demandas sazonais ou contínuas

RHPIX: pagamentos em lote com liberdade bancária ao trabalhador.

Coletor: transformamos tarefas em remuneração variável por produtividade

A **Employer** inova para que você cultive o futuro.

employer®
Tudo do RH
desde 1986

(41) 3312-1200
/Employer.RH @rhemployer
/employer-rh @TudoDoRH

Acesse e saiba mais
employer.com.br

SUBVENÇÃO AO SEGURO RURAL: OS RECURSOS ESTÃO INDO PARA O LUGAR CERTO?

BRUNO BENZAQUEN PEROSA[1], WELBER TOMÁS DE OLIVEIRA[2], CARLOS CÉSAR SANTEJO SAIANI[3]

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) visa incentivar a adoção dessa ferramenta de gestão de risco por agricultores. A presente pesquisa analisou a relação entre risco climático (especialmente hídrico), quebras de safra e apólices do seguro rural. Os resultados mostram que o PSR não está sendo utilizado por produtores sob maiores riscos (com mais quebras de safra e maior variação de produtividade), o que pode ser explicado pela carência de uma estrutura de concessão em regiões muito sujeitas a secas e outras intempéries climáticas.

A ATIVIDADE agropecuária está sujeita às intempéries climáticas, o que aumenta a insegurança para as operações produtivas e financeiras que sustentam o processo produtivo. No Brasil, em que uma parte significativa da produção ocorre em territórios com clima semiárido, como o Cerrado, as mudanças nos regimes pluviométricos e nas demais condições climáticas podem impactar de forma direta o protagonismo internacional do agronegócio brasileiro alcançado ao longo das últimas décadas.

O seguro rural busca minimizar essas incertezas, reduzindo os riscos para agricultores e agentes financeiros envolvidos no custeio das atividades agropecuárias. Na ausência do seguro, o elevado risco leva agentes financeiros a deixarem de oferecer crédito ou demandarem garantias difíceis de ser cumpridas por agricultores, especialmente os médios e os pequenos.

DISTRIBUIÇÃO DO PSR

O PSR foi uma política criada pelo governo federal, em 2003, com o objetivo de impulsionar a difusão do seguro rural no Brasil, ainda muito aquém de outras nações com elevada produção agrícola, como os Estados Unidos.

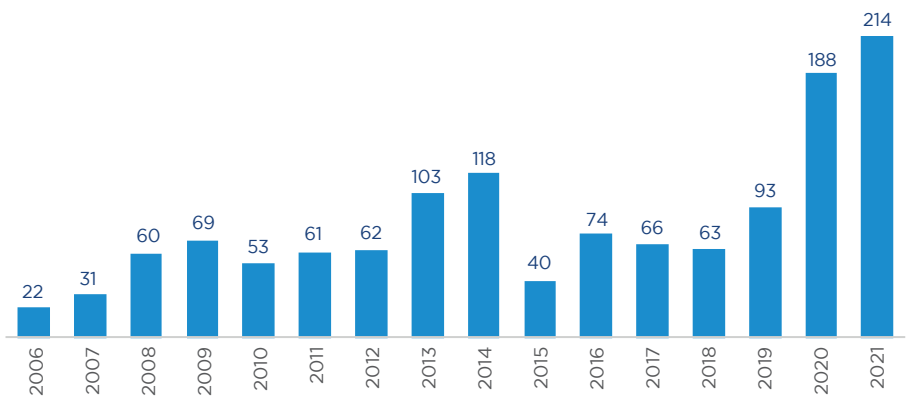
A modalidade mais recorrente no Brasil, no âmbito do PSR, é a contratação de produtividade prevista. Nessa modalidade, estima-se a produtividade de uma lavoura e se contrata o seguro de uma parte ou toda a área plantada. Caso a produtividade não alcance a produtividade contratada, a seguradora cobre o valor até o contratado. Apesar de a operação ser realizada via seguradora privada, o PSR arca com uma parte do pagamento do prêmio, ou seja, divide com o produtor o custo de contratação do seguro para ser economicamente viável a contratação.

Os recursos do PSR estão geograficamente concentrados no Paraná, no Rio Grande do Sul, em São Paulo, em Santa Catarina e em Minas Gerais, estados com mais disponibilidade de informações atuariais e de zoneamento.

Os recursos do PSR são definidos anualmente no âmbito do Plano Safra. Contudo, o orçamento do PSR tem, ao longo dos anos, variações bruscas, que minam a confiança nele. Além disso, os recursos vêm se mostrando insuficientes para atender a ampla gama de produtores que compõem a agricultura brasileira. A distribuição dos recursos está geograficamente concentrada e fortemente correlacionada com a disponibilidade

QUANTIDADE DE APÓLICES DE SEGURO RURAL NO BRASIL (MILHARES)

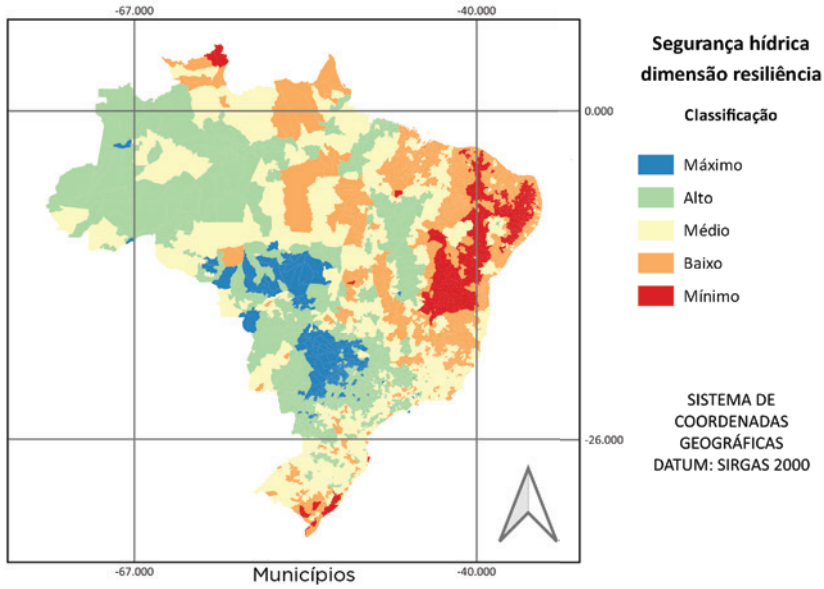
Desde 2020, houve um aumento significativo na contratação de seguro de produção. Mais de 65% dos sinistros estavam relacionados a secas.



Fonte: MAPA; elaboração pelos autores

de informações atuariais e de zoneamento para a análise. Por exemplo, no período de 2006 a 2021, os estados do Paraná (38,2%), do Rio Grande do Sul (21,2%), de São Paulo (13,6%), de Santa Catarina (7,5%) e de Minas Gerais (5,7%) concentraram 86,1% da quantidade de apólices contratadas.

MAPA DE RISCO HÍDRICO



Fontes: IBGE; ANA; elaboração pelos autores

Quando se consideram quais eventos climáticos são os mais frequentes no pagamento de indenizações dentro do PSR, verifica-se que a questão hídrica tem um grande protagonismo, sendo que mais de 65% dos sinistros estavam relacionados a secas entre 2006 e 2021.

As culturas com a maior quantidade de apólices de seguro no período foram: soja, (44,60% do total – 587.450 apólices); milho 2ª safra (12,42%); uva (9,10%); trigo (8,44%); milho 1ª safra (5,89%); arroz (3,72%); cana-de-açúcar (2,68%); café (2,57%); maçã (2,17%); e tomate (1,46%). Outras culturas representam 6,94%.

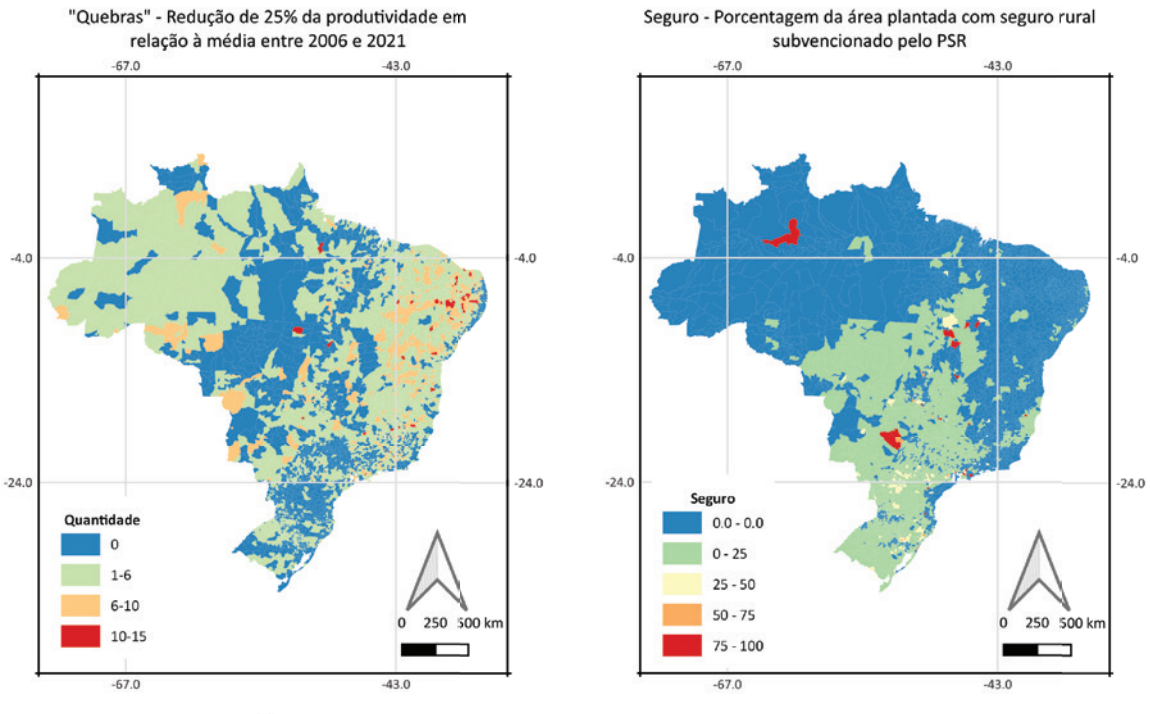
RISCO HÍDRICO, PRODUTIVIDADE E SEGURO RURAL

Em 2019, a Agência Nacional de Águas (ANA) divulgou o Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH), em que apresenta o Índice de Segurança Hídrica (ISH) para 5.099 municípios brasileiros, que foram classificados em cinco



MAPA DE QUEBRAS DE SAFRA E DE ÁREAS COM SEGURO RURAL SUBVENCIONADO PELO PSR

Não se observa uma maior concessão de apólices de seguro no PSR nas regiões que apresentam maior risco hídrico e mais quebras de safra.



Fontes: IBGE; ANA; elaboração pelos autores

categorias de risco hídrico, associadas a fatores humanos, econômicos e ecossistêmicos e à sua resiliência. Esse estudo revelou que a atividade com maior demanda de água no Brasil é a irrigação agropecuária (49,8%), ante 24,0% usados para abastecimento urbano.

A partir desses dados, foi possível analisar a relação entre o risco hídrico e as mudanças na produção agrícola. Para isso, foram selecionadas sete culturas de grande relevância na produção nacional, já considerando sua representatividade nas apólices do PSR, a fim de verificar quebras de safra e variações na produtividade. Essas informações revelam que as regiões com maior risco hídrico tendem a apresentar mais quebras de safra e maiores variações na produtividade.

Ao relacionar o risco hídrico e as quebras de safra com a concessão de apólices de seguro rural subsidiadas dentro do PSR, não se observa uma maior concessão de apólices de seguro nas regiões que apresentam maior risco hídrico e mais quebras de safra. Desta forma, o PSR não está conseguindo reverter essa "distorção" alocando a maior parte dos seus recursos em regiões com baixo risco ao produtor. Um exemplo seriam regiões produtoras de feijão no Nordeste, que, apesar de estarem em regiões com elevado risco hídrico, contam com baixa cobertura no PSR.

A efetividade dessa política depende do seu direcionamento aos setores da agricultura que vêm enfrentando maiores riscos climáticos. Apesar da necessidade de o seguro estar diretamente relacionado ao risco de ocorrerem eventos adversos, a concessão do seguro depende de uma estrutura institucional que envolve seguradoras, bancos, cooperativas e outras organizações que viabilizem a implementação do seguro. Um esforço adicional para direcionar os recursos de seguro no PSR poderia buscar mudar a atual distribuição da cobertura e, assim, levar o seguro a agricultores sob maior risco.

"...regiões produtoras de feijão no Nordeste, que, apesar de estarem em regiões com elevado risco hídrico, contam com baixa cobertura no PSR."

Para um maior detalhamento metodológico, ver artigo "Segurança hídrica, produtividade agrícola e Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR): evidências para os municípios brasileiros". ■

1 Professor e pesquisador do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI/UFU) – brperosa@ufu.br

2 Economista e pesquisador do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais (CEPES/IERI/UFU) – welber@ufu.br

3 Professor e pesquisador do IERI/UFU – ssaiani@ufu.br

COOPERATIVISMO: SISTEMAS PRODUTIVOS SUSTENTÁVEIS

MARCO OLÍVIO MORATO DE OLIVEIRA*

É fato que o mundo está em transição. Os eventos climáticos adversos decorrentes do aquecimento global comprometem a segurança alimentar, ocasionam processos inflacionários, agravam a fome e diminuem a renda da população em geral. Tal contexto acelera a busca por processos produtivos cada vez mais sustentáveis, porém o desafio reside em massificar a adoção de técnicas sustentáveis pelos pequenos produtores. É nesse contexto que o cooperativismo se apresenta como uma ferramenta de inclusão de pequenos na agricultura sustentável.

OS DESAFIOS para os sistemas produtivos sustentáveis consistem em equilibrar a produtividade e a preservação do meio ambiente e garantir condições dignas de trabalho e vida para os produtores rurais. Esses desafios são especialmente maiores quando abordamos os pequenos produtores, pois a elaboração de projetos agropecuários sustentáveis envolve diversos fatores que, muitas vezes, não pertencem ao cotidiano dos produtores.

Ainda no quesito desafios para os pequenos produtores, podemos destacar a falta de conhecimento sobre tecnologias sustentáveis e o baixo poder de investimento.

O conhecimento se faz necessário desde o planejamento e passa pelas fases de implantação, monitoramento e melhoria de soluções sustentáveis. Tal processo requer conhecimento em áreas específicas, em função das diversas atividades agropecuárias desenvolvidas, incluindo aspectos como clima, solo, topografia, hidrografia, biodiversidade e condições socioeconômicas. Muitas vezes, a implementação de projetos sustentáveis requer o estabelecimento de indicadores que permitam acompanhar e avaliar o desempenho dos projetos, servindo para verificar se os objetivos estão sendo cumpridos e se as metas estão sendo alcançadas.

Necessariamente, esse conhecimento e os projetos decorrentes só podem ser estabelecidos com a participação de uma assistência técnica de qualidade e comprometida com a sustentabilidade, pois as soluções requerem uma construção a várias mãos com a participação da assistência técnica e do produtor. Para isso, se faz necessário que haja confiança: primeiramente, confiança do produtor nele mesmo e, então, confiança em quem o está assistindo. A assistência técnica deve estar sempre atualizada com informações sobre as tecnologias e as boas práticas mais atuais e eficientes e com acesso às áreas de transferência de tecnologia das instituições de pesquisa.

Outro fator importante para que os projetos sustentáveis se perpetuem são a participação e o engajamento da comunidade. Portanto, projetos sustentáveis devem considerar a participação da comunidade local e engajar produtores e outras partes interessadas, identificando seus interesses e necessidades.

Quanto ao investimento, os projetos sustentáveis devem ser economicamente viáveis e rentáveis. Para isso, é necessário realizar análises financeiras detalhadas, considerando recursos disponíveis, custos, receitas e prazos de retorno do investimento. Vale destacar que, invariavelmente, são necessários investimentos que os pequenos produtores não possuem condições para realizar, e, nesse aspecto, as garantias exigidas para acessar as linhas de crédito podem ser fatores de exclusão desses produtores.

Nesse contexto, o cooperativismo destaca-se como uma ferramenta de inclusão dos pequenos produtores nos sistemas produtivos sustentáveis. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 63,8% dos produtores associados às cooperativas recebem assistência técnica em suas propriedades, enquanto esse percentual cai para apenas 20,2% entre os produtores não vinculados ao cooperativismo. Isso decorre da autogestão que o cooperativismo proporciona, segundo a qual os produtores cooperados podem definir os investimentos em áreas de interesse como a assistência técnica. Essa característica confere ao cooperativismo números expressivos e destaque em projetos sustentáveis; são mais de 9 mil profissionais especializados dedicados a orientar e auxiliar os pequenos produtores cooperados em sistemas produtivos mais eficientes, de menor impacto ambiental, incluindo técnicas de agricultura de baixo carbono, agricultura regenerativa e carbono negativo.

Dos produtores associados às cooperativas, 63,8% recebem assistência técnica em suas propriedades, contra 20,2% dos produtores não associados.

FOMENTANDO O AGRO SUSTENTÁVEL

Essa assistência técnica presente no cooperativismo coloca as cooperativas e os cooperados no protagonismo de uma agricultura cada vez mais sustentável. Isso se demonstra em tecnologias como: recuperação de pastagens degradadas; integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF); sistemas agroflorestais (SAFs); Sistema de Plantio Direto (SPD); Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN); e tratamento de dejetos animais.

Em especial, o tratamento de dejetos é uma tecnologia de destaque no cooperativismo, pois as cooperativas são responsáveis por mais de 50% da produção de suínos no Brasil. As tecnologias de tratamento de dejetos permitem ampliar a escala de produção e são capazes de transformar um passivo ambiental em dois ativos ambientais: biogás (energia renovável) e bioinsumos (biofertilizantes).

As cooperativas também possibilitam o compartilhamento de equipamentos e infraestrutura, permitindo que os pequenos produtores tenham acesso a tecnologias mais modernas dentro da porteira e serviços de processamento que agreguem valor ao produto e armazenamento a custos acessíveis. Algumas cooperativas oferecem, por exemplo: serviços de agricultura de precisão com tecnologias, adubação, plantio e cultivo com sistemas de posicionamento global (GPS, na sigla em inglês), *drones* para monitoramento e combate a pragas e doenças. Trata-se de soluções que permitem mapear o terreno e avaliar as condições do solo, além de sensores e dispositivos eletrônicos para medir a umidade do solo, a temperatura, o teor de nutrientes do solo e indicadores ambientais.

"...são mais de 9 mil profissionais especializados dedicados a orientar e auxiliar os pequenos produtores cooperados em sistemas produtivos mais eficientes, de menor impacto ambiental..."

Essas tecnologias de agricultura de precisão oferecidas pelas cooperativas são fundamentais para o aumento da produtividade. Com o uso racional de insumos e recursos naturais, colaboram com o desenvolvimento sustentável da produção agrícola brasileira, garantindo melhorias significativas na qualidade e nos resultados da produção. Serviços como a assistência técnica e o compartilhamento de equipamentos e infraestrutura agregam valor à relação cooperativa-cooperado, fortalecendo cada vez mais essa união que resulta em benefícios, muitas vezes, intangíveis aos cooperados.

Quanto ao investimento necessário para projetos sustentáveis dos pequenos produtores cooperados, as cooperativas também têm um papel importantíssimo no acesso ao crédito, pois podem financiar montantes significativos de crédito e investir em projetos produtivos sustentáveis que beneficiem direta ou indiretamente seus cooperados. Além disso, elas auxiliam seus cooperados a organizarem e fornecerem informações sobre as necessidades de crédito de seus agricultores, avaliarem a capacidade de pagamento e garantias e apresentarem projetos e planos de negócios, contribuindo, assim, para viabilizar o acesso ao crédito por parte dos cooperados.

Além de tudo isso, as cooperativas contam com o Sistema da Organização das Cooperativas Brasileiras (Sistema OCB) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). A OCB é responsável pela representação dos interesses das cooperativas na construção das mais importantes políticas públicas do País, com destaque para a área de sustentabilidade, sempre atuando para melhores elaboração legal e implementação de normativos importantíssimos, como: Código Florestal e políticas nacionais de recursos hídricos, resíduos sólidos, mudanças climáticas, Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e mercado de carbono. Já o Sescoop promove a capacitação e oferece soluções para que as cooperativas se desenvolvam em temas essenciais, como governança, gestão, soluções em meio ambiente e negócios.

Para isso, o Sistema OCB mantém parcerias estratégicas com Ministérios, instituições de pesquisa e entidades privadas. Nesse contexto, vale destacar as parcerias com o Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), respectivamente, nos temas de: quantificação do balanço de emissões de gases do efeito estufa; valorização dos ativos ambientais e regularização ambiental; e descarbonização das cadeias produtivas agropecuárias.

Deste modo, construindo o conhecimento com o cooperado, fornecendo assistência técnica com tecnologias de ponta, promovendo o compartilhamento de equipamentos e estruturas e, ainda, facilitando o acesso ao crédito, o cooperativismo insere o pequeno produtor rural em cadeias agropecuárias sustentáveis. Massifica, assim, a adoção de tecnologias eficientes e sustentáveis pelos pequenos produtores, atendendo os anseios dos consumidores, que estão cada vez mais demandando produtos de qualidade e que tenham sido produzidos respeitando o meio ambiente. ■

* Coordenador de Meio Ambiente do Sistema OCB – marco.oliveira@ocb.coop.br

EXPERIÊNCIA DO CLIENTE NO AGRONEGÓCIO

RAFAEL MOI DE ANDRADE[1], LUCAS SCIENCIA DO PRADO[2]

No agronegócio, as mudanças no comportamento dos agricultores e dos pecuaristas, como maiores profissionalização e uso de tecnologia, impulsionam a necessidade de melhorar a experiência do cliente. Empresas do setor têm buscado inovações, como serviços de assistência técnica, ferramentas digitais e eventos de relacionamento. Este artigo destaca fatores que influenciam a experiência de consumo – como aspectos técnicos, relacionamento, confiança, resultados, suporte e questões comerciais –, tendo como objetivo fortalecer a experiência dos produtores e desenvolver relações duradouras com os fornecedores, indo além das transações comerciais.

A EXPERIÊNCIA do cliente é um tema que ganha relevância em diferentes setores. Uma pesquisa recente da Salesforce* mostrou que 83% dos consumidores dizem que a experiência oferecida por uma empresa é tão relevante quanto os seus produtos e serviços ofertados. Tal expectativa impulsiona ações por parte das empresas para a ampliação da experiência de seus consumidores, a partir de um melhor entendimento de seus comportamentos de compra e consumo, criando pontos de contato ao longo dessa jornada.

No agronegócio, o cenário não é diferente. A necessidade de ofertar uma experiência melhor e mais bem estruturada é fortalecida por diferentes mudanças no comportamento dos agricultores e dos pecuaristas. Alguns catalisadores são: maiores profissionalização e nível de gestão das propriedades, nova geração participando e assumindo os negócios, maior uso de tecnologia, conectividade e acesso a informação, além do aumento da complexidade do ambiente de negócios e da diminuição do tempo para a tomada de decisão. O quadro destaca com mais detalhes essas dimensões.

TRANSFORMAÇÕES NA OFERTA E A BUSCA PELA EXPERIÊNCIA

Estimulados por todas as transformações no comportamento dos produtores e pela intensificação do ambiente

TRANSFORMAÇÕES NO COMPORTAMENTO DO PRODUTOR

Conheça os principais fatores que agem como catalisadores da mudança de comportamentos dos agricultores e dos pecuaristas. O seu entendimento levou as empresas a desenvolverem novas formas de fortalecer a experiência de seus clientes no agro.

TEMAS	Acontecimentos
Maiores profissionalização e nível de gestão	• Uso de sistemas para controle das operações e gestão do negócio; • Planejamento estratégico; • Controle de negócios como unidades de negócio; • Análise de retorno de investimento; • Gestão de pessoas; • Equipes envolvidas na tomada de decisão (aumento do centro de decisão de compras); • Investimentos em infraestrutura; • Capacitação dos tomadores de decisão (cursos de extensão e Pós-Graduação).
Nova geração no campo	• Planejamento sucessório; • Duas a três gerações no controle dos negócios – novas formas de pensar; • Formação superior em diferentes áreas; • Fortalecimento da decisão técnica; • Desafio ao modelo de negócios atual (retorno sobre o investimento e *payback*); • Novos investimentos – diversificação dos negócios.
Maior uso de tecnologia	• Uso de tecnologia para a tomada de decisão, diminuindo as ações por intuição; • Máquinas mais tecnológicas e eficientes; • Sistemas integrados (campo e gestão); • Maior velocidade na avaliação do impacto das decisões.
Conectividade e acesso a informação	• Internet móvel, satélite, futuro do 5G; • Acesso a redes sociais (exs.: Facebook, Instagram, YouTube); • Aplicativos de comunicação (exs.: uso de WhatsApp, com grupos de produtores etc.); • Conteúdo educacional online; • Notícias e sites informativos.
Complexidade do ambiente de negócios	• Variação nos preços dos insumos; • Variação nos preços de venda da produção; • Taxa de juros e câmbio; • Disponibilidade de mão de obra.

Fonte: elaboração pelos autores

competitivo, empresas – como fabricantes de insumos e canais de distribuição – buscaram formas de inovar e ampliar a experiência de seus clientes, o que vai além do fortalecimento das linhas de produtos (*mix* maior e melhor). As ações envolvem o crescimento da oferta de serviços de assistência técnica e suporte, o desenvolvimento de serviços e ferramentas digitais, o maior investimento em equipes de geração de demanda e de vendedores para melhor atendimento, a criação de comitês de clientes para criação de ações de relacionamento e, ainda, o convite para diversos eventos focados em relacionamento social e técnico. Vale destacar, também, os centros de experiências (lojas-conceito) que revendas e cooperativas inauguraram, recentemente, em diferentes polos produtivos do País. Todas essas ações estão concentradas em buscar a diferenciação e conquistar a preferência do agricultor.

No entanto, ainda observamos espaço para a transformação dos negócios e da oferta ao produtor pensando na experiência. Nesse sentido, com o objetivo de entender os fatores que são importantes para a experiência do cliente e o desenvolvimento de relações com os fornecedores, foi realizada uma pesquisa com produtores rurais, membros de canais de distribuição e profissionais da indústria, cujos resultados são apresentados a seguir. O foco da pesquisa foi a indústria da pecuária, contudo os resultados podem gerar *insights* relevantes para as empresas que focam nos diferentes setores ligados ao agronegócio.

O QUE INFLUENCIA A EXPERIÊNCIA DE CONSUMO

A criação de uma boa experiência para o cliente passa pelo entendimento das necessidades e dos fatores que influenciam o seu comportamento de compra e consumo. Assim, destacamos, na figura, os principais fatores que podem influenciar a decisão do pecuarista. Podemos perceber que se destacam seis fatores: aspectos técnicos, relacionamento, confiança, resultados, suporte e questões comerciais. A seguir, demonstramos como esses fatores influenciam e podem ser trabalhados pelos fornecedores para fortalecer a experiência do produtor.

Aspectos técnicos: são fundamentais para a escolha de um parceiro de negócios. Estão associados à capacidade técnica da empresa de atender o cliente. Assim, ter uma equipe capacitada sobre os desafios do negócio do cliente, bem como os aspectos técnicos de manejo e conhecimento da linha de produtos comercializada, é fundamental para resolver as verdadeiras dores e necessidades que esse cliente tem.

Relacionamento: o relacionamento entre as partes é central no agronegócio. A construção de um relacionamento sólido não é feita em apenas um ciclo de negócios. Ademais, vale destacar que relacionamento não deve ser enxergado apenas como as interações sociais com os produtores. Desta forma, além das atividades sociais, as revendas e os fabricantes devem tentar trabalhar com ações que ajudem o produtor no desenvolvimento do seu negócio. Essas são as ações estruturais e financeiras que, quando bem executadas, contribuem para o resultado da operação e aumentam os custos de mudança.

Confiança: junto do comprometimento entre as partes, está relacionada com o desenvolvimento do relacionamento. Uma relação de confiança pode gerar mais abertura para a troca de informações valiosas, como o futuro do negócio do produtor, investimentos, expansão da capacidade produtiva e, até mesmo, as necessidades ligadas ao dia a dia da operação. É importante frisar que a confiança deve ser trabalhada com todas as pessoas envolvidas na tomada de

FATORES QUE INFLUENCIAM A EXPERIÊNCIA DO PRODUTOR

Entre os principais fatores do fornecedor que podem influenciar a decisão de compra do pecuarista, destacam-se: capacidade técnica da equipe, construção de relacionamento, confiança estabelecida, capacidade da oferta de contribuir com o resultado da atividade, suporte e boas condições comerciais.



Fonte: elaboração pelos autores

decisão, e não apenas com o dono ou o gestor principal do negócio.

Resultados: com a maior profissionalização do agro, aumenta o número de produtores que tratam suas fazendas como negócios (empresas) e fortalecem os controles de resultados operacionais e financeiros. O fornecedor deve estar atento a como a sua oferta poderá ajudar o cliente a ter um resultado melhor, seja na gestão de custos (com ofertas personalizadas) ou na ampliação das receitas (pensando em ganhos de produtividade).

Suporte: dada a natureza do ciclo de consumo (mais longo), é comum escutar de produtores que fornecedores fazem a venda e, depois, desaparecem ao longo do ano. O suporte e a assistência técnica são fundamentais para que o uso dos produtos comercializados seja efetivo, bem como para que eventuais dificuldades que o cliente tenha ao logo do ciclo sejam resolvidas. O suporte é uma boa forma para a criação de novos pontos de contato com o cliente, fortalecendo a relação e abrindo caminho para o próximo ciclo de negócios.

Questões comerciais: oferecer boas condições comerciais é importante para a realização do negócio, porém é importante que o foco não esteja apenas no preço. Fornecedores devem estar atentos às reais necessidades dos clientes e a quais são as dores dos negócios. Customização de ofertas é um elemento-chave em um mercado cada vez mais competitivo e com um cliente cada vez mais exigente.

O trabalho com esses temas poderá ajudar no fortalecimento da experiência dos consumidores do agro. Prestadores de serviços, profissionais das indústrias e distribuidores devem concentrar-se em captar informações e analisar a jornada de compra do produtor com o objetivo de compreender onde devem fortalecer seus investimentos e esforços. O objetivo é que sua proposta de valor não esteja baseada apenas em ofertas que visam conversão, mas sim na construção de relações mais duradouras, por meio de serviços e produtos, fortalecendo a experiência de compra. ■

*State of the Connected Customer (2019)

1Gerente de Marketing e Trade Marketing LATAM na DSM-Firmenich – rafandrade1@gmail.com

2Professor do Departamento de Marketing da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EAESP) – lucas.sciencia@fgv.br



A IMPORTÂNCIA DA CORRETA UTILIZAÇÃO DOS CONTRATOS AGRÁRIOS

ANDRÉ RICARDO PASSOS DE SOUZA*

Voltamos mais um pouco no tempo, mais especificamente para os idos da década de 1960, para discutir alguns pontos de atenção para o gestor de negócios no campo. Objetivamos, assim, auxiliá-lo na correta utilização de ferramentas contratuais derivadas de um "marco regulatório estrutural" fundamental para o agronegócio, o Estatuto da Terra.

SERÁ QUE, no dia a dia da sua "lida" na gestão dos negócios no campo, o gestor avalia corretamente qual contrato pode utilizar para realizar parcerias e/ou ceder a terceiros a utilização de propriedades rurais na produção agropecuária? Em que situações podemos (ou devemos) utilizar, por exemplo, um contrato de arrendamento rural ou de parceria agrícola? Como e quando podemos (ou devemos) utilizar um determinado contrato como ferramenta para garantir a segurança jurídica e a eficiência dos negócios no campo para aquele proprietário (pessoa física – PF – ou pessoa jurídica – PJ) que entrega a sua propriedade para a exploração agropecuária de um terceiro?

Tal discussão remete-nos ao nosso Estatuto da Terra, editado por meio da Lei nº 4.504 no início da década de 1960. Os chamados "contratos agrários", basicamente os mais utilizados para respaldar e formalizar os negócios no campo, concentram-se em duas figuras contratuais tipificadas – previstas – na legislação em questão: a parceria agrícola e o arrendamento rural. Tanto o produtor rural PF como a PJ podem utilizar tais ferramentas contratuais na gestão de seus negócios.

A utilização desses tipos de contrato precisa respeitar circunstâncias específicas, pois pode impactar os custos de produção, fiscais e de gestão dos negócios no campo.

O contrato de parceria agrícola é o único que se assemelha ao contrato de sociedade e, portanto, permite a partilha de riscos de produção entre o proprietário da terra e o parceiro que recebe a terra. Tem a vantagem de gerar renda da produção rural – renda tributável pelo livro-caixa do produtor rural PF ou renda da atividade agropecuária para o produtor rural PJ –, o que minimiza os custos fiscais para quem recebe essa renda de parceria. Ao mesmo tempo, facilita-se a gestão contábil-fiscal de quem recebe a renda da parceria.

Por outro lado, a legislação garante, no arrendamento rural, o direito de preferência na aquisição da propriedade rural ao arrendatário caso o arrendante venha a colocá-la no mercado para venda. Gera-se, assim, uma maior segurança jurídica para quem utiliza a terra e realiza investimentos com utilização da terra no longo prazo. O raciocínio referente ao direito de preferência também existe em relação ao contrato de cessão de direito de superfície, o qual não está previsto no Estatuto da Terra, mas sim no Código Civil.

TABELA 1 – QUADRO COMPARATIVO DE TIPOS DE CONTRATO E SEUS EFEITOS JURÍDICOS

TIPO DE CONTRATO	Objeto	Direito de preferência na aquisição da propriedade rural	Prazo de vigência do contrato
Arrendamento rural	Cessão onerosa (espécie de aluguel) de imóveis rurais com a finalidade de exploração de atividade rural	Sim	Mínimo de três anos
Parceria agrícola	Cessão onerosa (partilha de resultados) de imóveis rurais com a finalidade de exploração de atividade rural	Não	Não definido
Cessão de direito de superfície	Cessão gratuita ou onerosa para utilização do solo em construções ou plantações, em terrenos urbanos ou rurais	Sim	Máximo de trinta anos

Fonte: elaboração pelo autor

A escolha do tipo de contrato pode impactar os custos de produção, fiscais e de gestão dos negócios no campo.

Em relação a prazos, podemos dizer que tanto o arrendamento quanto a cessão onerosa de direito de superfície tendem a uma maior longevidade em relação à parceria, pela própria segurança jurídica na exploração da terra no tempo que tais contratos visam respaldar.

A Tabela 1 apresenta o resumo de algumas características e efeitos jurídicos específicos de cada uma das modalidades de contratação.

Já os custos fiscais de cada uma dessas modalidades de contrato são distintos e, portanto, devem ser examinados separadamente pelo gestor para determinar como e quando utilizar cada uma delas.

Como exemplo, imagine que R$ 1.000.000,00 sejam o resultado auferido neste ano pelo proprietário da terra que a entrega a um terceiro (arrendante, parceiro outorgante ou cessionário de direito de superfície). Na Tabela 2, são apresentados os custos fiscais para o produtor rural (PF ou PJ) que cede a área para esse terceiro operar.

Assim, se o gestor se encontra na posição de outorgante da terra – posição de quem cede a terra a terceiros para exploração –, conforme demonstrado na Tabela 2, a melhor opção nas simulações, tanto para o produtor PF, quanto para a PJ, seria o contrato de parceria agrícola (cenários II e IV).

É importante destacar, ainda, que uma alteração realizada em 2007 no Estatuto da Terra (Lei nº 11.443) permite a antecipação de pagamentos na parceria agrícola, o que pode fazer com que esta goze de, além das vantagens fiscais demonstradas, maiores previsibilidade e segurança de fluxo financeiro para os parceiros (principalmente o dono da terra que a cede em parceria para exploração). Isso traz a parceria para um contexto de segurança jurídica muito similar ao do arrendamento, porém com vantagens fiscais significativas.

Por fim, de forma prática, os itens que devem ser avaliados pelo gestor na hora de planejar a cessão da terra são:

- **Quando utilizar** – na cessão da terra à exploração por um terceiro;
- **Como definir** – por meio do sopesamento de custos, riscos e benefícios de cada modalidade, prazos de vigência e demais questões previstas na legislação de regência para cada tipo de contrato;
- **Qual contrato jurídico utilizar** – devem serem considerados, tanto por quem cede a terra, quanto por quem a recebe, o custo fiscal, as peculiaridades do negócio, a partilha de riscos, a outorga de opção de renovação ou o direito de preferência etc.

Concluindo, podemos inferir da análise dos dados apresentados que os custos fiscais tendem a favorecer a parceria agrícola em detrimento dos demais tipos de contrato aplicáveis aos negócios envolvendo a cessão da terra para exploração. O certo é que o produtor e o gestor no campo observem os fatores citados para determinar com exatidão a melhor forma de contratar numa situação dessas. ■

TABELA 2 – APURAÇÃO FISCAL DO RESULTADO TRIBUTÁVEL DOS PRODUTORES RURAIS (PF E PJ) QUE ENTREGAM ÁREAS PARA EXPLORAÇÃO POR TERCEIROS

Para o produtor que opera pelo Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou pelo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), o contrato de parceria agrícola apresenta os menores custos fiscais.

RUBRICA DO LIVRO-CAIXA	Valor (R$)
(A) Receita do proprietário da terra	1.000.000,00
(B) Despesa/custo	ZERO
(C) RESULTADO (A - B)	**1.000.000,00**

Apuração fiscal segundo regime tributário	
Produtor rural PF	**Custos fiscais (R$)**
Cenário I: opção pelo Lucro Real = C x 27,5% Obrigatório nas operações de arrendamento e cessão de uso remunerada	**275.000,00** (1.000.000,00 x 27,5%)
Cenário II: opção pelo Lucro Presumido = A x 5,5% Possível apenas nas operações de parceria agrícola	**55.000,00** (1.000.000,00 x 5,5%)
Empresa agropecuária (PJ)	**Custos fiscais (R$)**
Cenário III: opção pelo PJ Contábil (Lucro Real) = C x 43,25%*	**432.500,00** (1.000.000,00 x 43,25%)
Cenário IV: opção pelo Lucro Presumido = A x 6,73%** Apuração permitida nas operações de parceria agrícola	**67.300,00** (1.000.000,00 x 6,73%)
Cenário V: opção pelo Lucro Presumido = A x 14,53%*** Apuração permitida nas operações de arrendamento e cessão de uso remunerada	**145.300,00** (1.000.000,00 x 14,53%)

*43,25% = 25,00% de IR + 9,00% de CSLL + 1,65% de PIS + 7,60% de COFINS;
**6,73% = 2,00% de IR + 1,08% de CSLL + 0,65% de PIS + 3,00% de COFINS;
***14,53% = 8,00% de IR + 2,88% de CSLL + 0,65% de PIS + 3,00% de COFINS
Nota: os cálculos não consideram os valores de INSS do produtor rural (o chamado Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – FUNRURAL) que são devidos nos contratos de parceria rural pelo parceiro outorgante; além disso, não consideram eventuais isenções, diferimento e/ou não incidência de PIS/COFINS em algumas atividades agropecuárias, mas se baseiam nas alíquotas nominais previstas na legislação
Fonte: elaboração pelo autor

*Professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) e sócio-fundador do Passos e Sticca Advogados Associados (PSAA)

A AGENDA AGROAMBIENTAL NO BRASIL DO PRESENTE

COALIZÃO BRASIL
CLIMA, FLORESTAS E AGRICULTURA



JOSÉ CARLOS DA FONSECA
Embaixador, diretor-executivo da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), membro do Comitê Diretor do The Forests Dialogue (TFD) e do Advisory Committee on Sustainable Forest-based Industries (ACSFI/FAO) e cofacilitador da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura



BETO MESQUITA
Engenheiro florestal, diretor de Florestas e Políticas Públicas da BVRio e membro do Conselho de Coordenação do Diálogo Florestal e do Grupo Estratégico da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura

CALCULADO PELO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no primeiro trimestre deste ano, o Produto Interno Bruto (PIB) nacional expandiu 1,9% em comparação aos últimos três meses de 2022. O principal impulsionador desse resultado foi o crescimento de 21,6% da agropecuária, com uma alta que não acontecia desde o quarto trimestre de 1996.

Em abril último, a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura fez um balanço dos cem primeiros dias do governo federal, tendo como base as propostas enviadas à equipe de transição no documento "O Brasil que vem: propostas para a agenda agroambiental do país a partir de agora". A conclusão, de forma geral, aponta para perspectivas que trarão impactos positivos.



SHUTTERSTOCK

As operações de comando e controle para combater o desmatamento e outras ilegalidades em terras públicas e privadas devem ser saudadas, especialmente no bioma amazônico. São imperiosas, também, as políticas voltadas à assistência técnica rural e ao crédito, com difusão de tecnologias para aumento da produtividade, conjugadas a boas práticas ambientais, em projetos agropecuários de baixa emissão de carbono e soluções baseadas na natureza.

TEMPO DE IMPLEMENTAÇÃO

Urge ao Governo acelerar a efetivação de ações no setor rural que tragam uma visão integrada à agenda climática. As regulamentações precisam ser implementadas. A Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA), instituída pela Lei nº 14.119/21, dará acesso a pequenos produtores, bem como a comunidades tradicionais, com a oportunidade de valoração dos ativos ambientais que ajudam a proteger ou recuperar. Na mesma direção, tem-se o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), determinado pela Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) – Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

As análises do Plano de Desenvolvimento Sustentável (PlanaFlor) propõem um conjunto de 104 ações em oito eixos estratégicos para adequar a produção rural às diretrizes do Código Florestal. Isso teria impacto positivo sobre o PIB, mobilizando mais de R$ 400 bilhões e gerando 2,5 milhões de novos postos de trabalho até 2030. Para completar, tem-se a aplicação do pacote de incentivos econômicos para a promoção da sustentabilidade, em discussão no Ministério da Fazenda (MF).

Em relação à segurança alimentar e à produção de alimentos, a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), bem como a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), configura passos importantes na direção de um pacto nacional pela alimentação saudável e biodiversa.

O avanço do Plano Safra 2023/2024 incorporará de maneira ampla e consistente as diretrizes para a produção agropecuária de baixas emissões. Uma parcela importante de recursos será destinada a tecnologias com sistemas de produção para reduzir as emissões e aumentar as remoções associadas à produção rural, além de promover a adaptação às mudanças climáticas.

CADASTRO AMBIENTAL RURAL É CENTRAL

A Coalizão Brasil tornou pública a sua objeção à mudança da administração e da operação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGISP), aprovada pelo Congresso Nacional e mantida pelo Palácio do Planalto na sanção à Lei nº 14.600/23. Agora, o que se espera é que haja uma efetiva integração entre as equipes do MGISP e do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), autarquia do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) historicamente responsável pelo CAR, e destes com os governos estaduais, evitando, desta forma, a paralisação do processo no Programa de Regularização Ambiental (PRA). Cerca de 7 milhões de imóveis rurais aguardam a análise das informações declaradas.

De acordo com dados do Observatório do Código Florestal (OCF), cerca de 88% dos imóveis não teriam passivos a regularizar. Além disso, os proprietários dos mais de 500 mil imóveis com excedente de vegetação nativa – ou seja, que possuem áreas de floresta e outros ecossistemas naturais acima do mínimo exigido pela lei – seguem na expectativa de ter esses ativos reconhecidos e valorizados.

A paralisação do Cadastro ou mais atrasos na sua análise e na regularização ambiental dos imóveis rurais trariam impactos negativos aos produtores rurais, com graves prejuízos à imagem e à reputação do agro do País. Isso acaba afetando, inclusive, os segmentos comprometidos com a legalidade, a sustentabilidade e o fim do desmatamento, os quais têm pressa em demonstrar uma plena adequação às boas práticas e às legislações de respeito ao patrimônio natural brasileiro.

DESAFIOS DO PRESENTE

Os desafios que se colocam ao Brasil e ao governo brasileiro devem ser enfrentados no presente. Eles estão centrados na capacidade de implementação de planos integrados que demonstrem uma visão definida de crescimento e desenvolvimento baseados em uma economia que conjugue a alta produtividade do nosso agro com o respeito ambiental.

Vale lembrar, também, as palavras de Paulo Hartung, ex-governador do Espírito Santo e presidente da Ibá, quando afirmou, em entrevista recente, que "das 5,0 milhões de propriedades rurais existentes no Brasil, 3,2 milhões estão fora do jogo do agro moderno, com baixa produtividade. É prioridade do Brasil levar para essas propriedades assistência técnica, tecnologia, crédito para custeio e investimento, acesso a mercados e insumos adequados. Ao dinamizá-las, o País impulsionará a produção e, consequentemente, combaterá a pobreza".

Para isso, primordial é a articulação do Governo com os setores privado e financeiro, a sociedade civil e a Academia a fim de fomentar um ambiente favorável para os investimentos público, privado e filantrópico, com o objetivo de fortalecer o Brasil como líder mundial da economia de baixo carbono, realizando em plenitude o seu imenso potencial agroambiental. ■

POR QUE VOCÊ DEVE COMEÇAR A PLANEJAR A SUA PRÓXIMA ESTAÇÃO DE MONTA AGORA?



SIMONE GARCIA
Consultora de serviços técnicos de bovinos de corte da Agroceres Multimix

PODE PARECER meio óbvio afirmar que o principal objetivo de uma fazenda de cria é produzir bezerros saudáveis e bem nutridos, mas ter essa informação de maneira clara e impressa na nossa mente irá facilitar o entendimento da importância dos cuidados com a vaca ao longo de todo o ano.

A estação de monta é um período específico do ano em que os manejos reprodutivos são realizados. Na prática, define-se alguns meses do ano para expor as fêmeas à reprodução, colocando-as em contato com touros e/ou realizando protocolos de inseminação artificial.

Na fazenda, a escolha do período da estação de monta deve considerar a disponibilidade de pastagens e as condições climáticas. Clima favorável e boa disponibilidade de pastagens têm favorecido o estado nutricional dos animais e o momento de nascimento dos bezerros, beneficiando os resultados produtivos (quilo de bezerro desmamado por vaca exposta).

No Brasil, ainda é comum vermos propriedades que não fazem estação de monta. Conheça algumas vantagens da sua adoção:

- Ao controlar a reprodução dos animais em uma estação de monta, é possível maximizar a taxa de prenhez, aumentando a produção de bezerros na fazenda.
- Ao concentrar a reprodução em uma estação de monta, o manejo dos animais torna-se mais fácil e eficiente, controlando o estresse dos animais e aumentando a produtividade da fazenda. Fora isso, desta forma, os animais nascidos tendem a ser mais uniformes em termos de idade e tamanho, facilitando o manejo, o controle e a desmama/venda.
- Com um planejamento nutricional adequado e um manejo eficiente das matrizes e dos bezerros, é possível reduzir as perdas reprodutivas, aumentando a eficiência do sistema de cria.
- Ao concentrar a estação de monta em períodos com boas condições climáticas e disponibilidade de pastagens, é possível otimizar o uso dos recursos disponíveis na fazenda.
- Ao controlar a reprodução em uma estação de monta, é possível selecionar os melhores animais para a reprodução, realizada em bezerros com melhores qualidades genética e produtiva.
- Ao aumentar a produtividade e a eficiência do sistema de cria, a adoção de uma estação de monta pode resultar em uma maior rentabilidade para a fazenda de cria.

Cabe destacar que, para garantir uma taxa de prenhez, é fundamental que os animais estejam em boas condições nutricionais e sanitárias.

Dos vários pontos em que os produtores podem atuar para melhorar os resultados da estação de monta e aumentar a taxa de prenhez do rebanho, podemos destacar o escore de condição corporal (ECC) das vacas no momento do parto.

Segundo Wiltbank (1994), quando a vaca pare magra, apenas 46% do lote volta a ciclar sessenta dias pós-parto. Num lote de vacas que parem em um bom ECC, 91% dos animais estão aptos a reproduzir.

Outro resultado desejado em uma estação de monta é ter a maior parte das fêmeas emprenhando na inseminação artificial em tempo fixo (IATF) e/ou no início da estação (no caso de uso exclusivo de touros). A prenhez da IATF carrega a melhor genética, e os bezerros desmamam mais pesados.

Ademais, não se esqueça: existe uma relação direta entre o ECC ao parto e a taxa de prenhez na estação de monta subsequente, principalmente em vacas multíparas!

ENTENDENDO O ECC

O ECC é um indicador da condição física dos animais e pode ser utilizado na prática como um termômetro do *status* nutricional do animal. A sua avaliação consiste em uma escala de notas que varia de 1 a

5, sendo que a nota atribuída ao animal reflete a quantidade de gordura presente no seu corpo. A nota 1 é indicativa de animais magros, com pouca gordura corporal, e a nota 5 indica animais com acúmulo de gordura corporal.

Em resumo, o ECC reflete a nutrição aplicada aos animais, sendo que indivíduos subnutridos, que passaram por restrição nutricional, apresentam baixo ECC (entre 1 e 2) e animais com boa oferta de alimento e bem nutridos apresentam elevado ECC (entre 4 e 5).

Cabe dizer que essa ferramenta de avaliação é aplicável tanto a machos, quanto a fêmeas.

PLANEJAMENTO NUTRICIONAL DOS ANIMAIS

Para garantir uma nutrição adequada aos animais, é fundamental considerar a sua fase de vida (amamentando, com ou sem bezerro ao pé, gestante) – uma vez que ela altera a exigência nutricional – e contrastá-la com o sistema produtivo em questão, levando em conta a quantidade e a qualidade de pasto disponível.

Fazendo isso, é possível oferecer uma dieta balanceada e adequada às necessidades nutricionais (exigência) dos animais, garantindo uma boa condição corporal ao parto. Considerando uma estação de monta concentrada no período das águas, podemos destacar três momentos distintos ao longo do ano:

- durante a estação de monta;
- na desmama; e
- na parição.

Em cada um desses momentos, temos a mudança na direção da exigência nutricional dos animais, criando oportunidades de atuar na adequação da alimentação para garantir o ECC ao parto.



PONTOS DE ATENÇÃO

- Animais com um maior ECC ao parto poderão perder a condição corporal no pós-parto caso ocorra falha no manejo nutricional, devido a uma maior exigência para mantença.
- Fêmeas que desmamam bezerros pesados produzem mais leite, e, por isso, a exigência nutricional é maior. Não havendo atenção à nutrição desses animais, a perda de ECC poderá ser severa, o que se refletirá no resultado da estação de monta a tal ponto que essas matrizes poderão ser descartadas como impróprias para reprodução, embora, na verdade, o problema tenha sido uma falha no manejo nutricional.
- Novilhas primíparas também podem ser mais sensíveis a variações do ECC no pós-parto, devido a sua maior exigência para produção (mantença, crescimento, lactação e reprodução).

"CONSTRUINDO" O ECC AO PARTO

Na fazenda, é comum deparar-se com animais com um baixo ECC ao longo do ano, porém é fundamental realizar um planejamento adequado para evitar essa intercorrência ou, caso o problema seja identificado, saber como agir de maneira efetiva.

Normalmente, o que acontece é a avaliação do ECC no momento da IATF, associando essa leitura ao sucesso (ou não) da prática de inseminação. Existem vários estudos apontando que ter um bom ECC nesse momento correlaciona-se positivamente com a prenhez.

Pensando em um bom ECC ao parto, precisamos antecipar as ações e construí-lo ao longo do tempo.

Para saber mais detalhes sobre esse tema, acesse o artigo completo em www.agroceresmultimix.com.br/blog ou pelo QR *code* a seguir. ■

UM AVANÇO DA CIÊNCIA A FAVOR DO AGRO



TIRSO DE SALLES MEIRELLES

Vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

NAS ÚLTIMAS décadas, as metodologias para formular conclusões científicas evoluíram. Porém, é certo que as dúvidas geradas em torno do consumo de carne bovina, por exemplo, deixaram marcas incalculáveis no setor produtivo e, principalmente, na saúde das pessoas em todo o Planeta. Mas a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, na sigla em inglês), por meio do seu último relatório, divulgado em 1º de junho último, deu um alento para o setor recomendando ao mundo o consumo não só de carne, mas de proteína animal, incluindo ovos e leite.

Segundo o estudo denominado "Contribuição dos alimentos de origem animal terrestre para dietas saudáveis para melhorar a nutrição e a saúde", esses alimentos oferecem fontes cruciais de nutrientes que são necessários para a saúde humana e não podem ser encontrados em alimentos à base de plantas, os chamados "*plant-based*", que não contêm tais nutrientes na quantidade e na qualidade necessárias.

Agora, com base na Ciência, podemos afirmar o que já era latente: carnes, ovos e leite são fontes de nutrientes essenciais para a saúde das pessoas, sendo, inclusive, vitais durante importantes estágios, como gravidez/lactação, infância, adolescência e velhice.

É importante destacar que o estudo da FAO é a publicação mais completa sobre o tema já realizada no mundo, sendo baseada em dados e evidências de mais de duzentos documentos de políticas de saúde pública e quinhentos artigos científicos.

Há anos, a FAESP defende e propaga os benefícios do consumo de carne bovina para as pessoas. De fato, a carne vermelha é essencial para a vida, fornecendo diversos nutrientes de altíssimo valor para a saúde e o desenvolvimento de pessoas de todas as idades. É o caso do ferro, indiscutível fonte de energia, que aumenta a força muscular e é essencial para combater a anemia, entre vários outros benefícios.

O estudo da FAO ressalta que carne, ovos e leite fornecem uma variedade de macronutrientes importantes, como proteínas, gorduras e carboidratos, e de micronutrientes difíceis de obter na qualidade e na quantidade necessárias em alimentos à base de plantas. Os alimentos de origem animal têm importantes funções para a saúde e o desenvolvimento da vida humana, oferecendo proteínas de alta qualidade, vários ácidos graxos essenciais, cálcio, selênio, vitamina B12, carnitina, creatina, taurina, zinco, ferro e vitamina A – todos componentes que estão entre os micronutrientes cujas deficiências são as mais comuns em todo o mundo, principalmente em crianças e mulheres grávidas.

Além disso, o estudo mostrou que, se consumidos adequadamente, como parte de uma dieta balanceada, os alimentos de origem animal contribuem para atingir as metas nutricionais endossadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), relacionadas a redução do ritmo de crescimento, emagrecimento de crianças menores de cinco anos de idade, baixo peso ao nascer, anemia em mulheres em idade reprodutiva, obesidade e doenças não transmissíveis em adultos.

Especificamente em relação à carne bovina, o estudo da FAO relata que consumir até 71 gramas de carne vermelha *in natura* por dia é considerado seguro em relação ao aparecimento de doenças crônicas.

Com base nos resultados do estudo, a FAESP contribuirá para promover a divulgação das informações apresentadas pela FAO, além de incentivar que o governo federal, os estados e os municípios revejam as diretrizes nutricionais, passando a considerar a carne, os ovos e o leite como fundamentais para as necessidades específicas de nutrientes durante o ciclo de vida dos seres humanos.

Essa é uma notícia de grande impacto para toda a cadeia produtiva de proteína animal e, principalmente, o segmento de carne bovina, que fechou o ano passado com um incremento de 27% no volume de exportação. Ao todo, foi enviado para fora do Brasil o total de 1,56 milhão de toneladas em 2021. No ano passado, foi 1,98 milhão de toneladas. Em receita cambial, o avanço foi ainda mais expressivo, com direito a recorde, chegando à casa de US$ 11,8 bilhões movimentados de janeiro a dezembro.

Com toda certeza, o estudo realizado pela FAO deve fazer com que 2023 seja um ano ainda mais espetacular para toda a cadeia de proteína animal, contribuindo para que o Brasil consolide e amplie a sua participação no mercado internacional. ■



PRODUZIR

SEGURANÇA JURÍDICA E JUSTIÇA SOCIAL NO CAMPO

SÉRGIO BORTOLOZZO
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

UM DOS temas mais relevantes para a segurança jurídica do agro brasileiro está agora nas mãos do Senado Federal e segue em análise no Supremo Tribunal Federal (STF). Estamos falando do chamado marco temporal de terras indígenas, condição fundamental para definir o futuro de famílias, especialmente de pequenos produtores rurais que vivem há décadas em regiões consolidadas da agricultura brasileira, mas ainda sob a ameaça de serem obrigados a deixar suas terras.

É indiscutível o direito constitucional dos povos indígenas ao reconhecimento, ao respeito e à preservação de sua cultura e territórios. Ao mesmo tempo, é imprescindível que o bom senso prevaleça e que os critérios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 sejam respeitados também.

A questão do marco temporal, defendida pelos maiores juristas do País, sinaliza que os indígenas somente podem ter demarcadas a seu favor as terras efetivamente ocupadas quando entrou em vigor a atual Constituição, em 5 de outubro de 1988.

Como participa na figura de *amicus curiae* do processo relacionado ao tema, a SRB apresentou pareceres jurídicos baseados nos depoimentos dos próprios constituintes, dos quais se depreende que a regra valia para as terras ocupadas pelos indígenas, e não para os territórios ocupados em algum momento passado.

Defendemos que esses critérios objetivos sejam reconhecidos e mantidos. Afinal, sem eles, torna-se praticamente impossível estabelecer quais áreas são indígenas ou não e qual a extensão de cada território, gerando conflitos no campo e causando prejuízos sociais imensos, inclusive para populações indígenas.

É necessário que haja a definição de critérios objetivos para estabelecer as áreas indígenas.

Nesse sentido, a Câmara dos Deputados, mostrou, no Congresso Nacional (CN), protagonismo e sensibilidade em relação ao tema ao aprovar o Projeto de Lei (PL) nº 490/07 no fim de maio último. A matéria precisa, agora, ser avaliada pelo Senado Federal e, em seguida, pelo poder Executivo caso seja aprovada.

Em paralelo, acompanhamos com preocupação a retomada da análise do tema do marco temporal no STF. A votação foi interrompida por um pedido de vista do ministro André Mendonça, com tendência a ser retomada no segundo semestre do ano.

Vale lembrar que uma eventual decisão de rever os parâmetros já fixados pelo próprio STF há mais de uma década levará produtores rurais que detêm terras de forma justa e legítima, sem atrocidades cometidas para com os índios há séculos, a terem de pagar, sozinhos, uma dívida histórica de toda a sociedade. Afinal, a residência de cada brasileiro também foi, um dia, terra indígena.

A decisão é difícil. Isso porque, de um lado, há uma necessidade de preservação dos povos indígenas e de suas áreas de ocupação tradicional. Porém, de outro lado, está a proteção ao direito de propriedade de terras rurais legitimamente adquiridas, que servem ao exercício da principal atividade econômica no nosso País.

Confiamos no bom senso dos três poderes envolvidos nessa importante questão e seremos aliados de todos aqueles que priorizarem a paz no campo e o equilíbrio entre a proteção aos povos indígenas e a segurança jurídica. Afinal, essa é uma condição essencial para que a produção agropecuária responsável siga gerando empregos e renda no interior do Brasil. ■

OPINIÃO

PRODUTOR RURAL PRECISA PROTEGER O SEU PATRIMÔNIO

ANTONIO JUNQUEIRA

Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo



A PREOCUPAÇÃO com a segurança é um ponto de convergência para todos os brasileiros. É uma questão que impacta a vida dos cidadãos, e não há como ignorar essa realidade. Vale lembrar, ainda, que a segurança é um direito constitucional. Com efeito, é importante sublinhar que as seguranças pública e privada são fatores essenciais para a manutenção da qualidade de vida.

Órgãos e entidades que mantêm uma atuação ímpar e recorrente em vários segmentos da sociedade têm manifestado, volto a salientar, suas preocupações com o fator segurança. Essa preocupação, já há um bom tempo, deixou de ser urbana. A migração para o universo rural tem crescido em progressão geométrica. Por isso, é premente que um sinal de alerta mais efetivo seja acionado e implementado no campo para se galgar um nível de excelência de prevenção que garanta paz e segurança para o produtor rural e a sua família.

O patrimônio rural também precisa ser protegido no sentido mais amplo da palavra – o que envolve toda a cadeia produtiva que compõe o agronegócio. Esse conceito é recorrente e vem sendo assimilado no dia a dia pelos pequenos, pelos médios e pelos grandes produtores. É uma realidade que não tem volta. Atualmente, a criminalidade e a insegurança no campo configuram um dos principais problemas no universo agro e que atinge todas as regiões do Brasil.

No tocante ao estado de São Paulo, região composta de 645 cidades, com o objetivo de atender um maior número de municípios, ampliamos, por intermédio da Secretaria de Agricultura, as ações do Programa Agro SP + Seguro. São ações previstas nos convênios assinados com as prefeituras, ou seja, a mudança no texto da resolução, que atende o convênio, visa melhorar o monitoramento e, por extensão, a segurança nas áreas rurais do estado.

O novo texto da resolução do Programa Agro SP + Seguro, publicado em março deste ano no Diário Oficial do Estado, passou a contemplar igualmente as prefeituras de pequenos municípios que não contavam com a Guarda Municipal, efetivamente, ou com a Operação Delegada, da Polícia Militar, requisitos exigidos anteriormente para poder fazer parte do Programa.

É vital destacar que a Secretaria de Agricultura, por meio desse Programa, entrega às cidades conveniadas caminhonetes (*pickups* 4x4) adequadas e equipadas para vigilância e segurança, incluindo caminhões-pipa, que são imprescindíveis no combate a queimadas e incêndios nas áreas rurais – episódios, muitas vezes, ocasionados por ações criminosas.

Por isso mesmo, dentro do espectro que implica e busca mais segurança no universo rural, temos de avaliar com responsabilidade a utilização ou não de uma arma de fogo no campo. Em que circunstância? E qual é a melhor solução para coibir e/ou mitigar a ocorrência delituosa na zona rural? Uma das soluções – esta é a minha percepção – seria a adoção legal de punições mais rigorosas para os que não seguem as leis.

Para finalizar, a utilização dos recursos tecnológicos que temos hoje à nossa disposição – compostos de itens de segurança como câmeras móveis giratórias, aparatos sofisticados de iluminação, disparo de sirenes e sistemas de alarme eficazes, sem deixar de lado as antigas e eficientes cercas elétricas – funcionaria como um arremate para a retomada bem-vinda da segurança no campo. ■

O Programa Agro SP + Seguro passou a contemplar as prefeituras de pequenos municípios que não contavam com a Guarda Municipal ou a Operação Delegada (da Polícia Militar).



REFLEXÃO

PRECONCEITO

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Preconceito é opinião sem conhecimento.
Voltaire

O BRASIL não é o país de 2003, na política ou no seu maior negócio. Por isso, é equívoco conceituar o agro brasileiro com um *mindset* de 2003. Em vinte anos, uma revolução positiva reduziu preços para a população e favoreceu a balança comercial. A integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), por meio do casamento de grãos e gramíneas com leguminosas, eucalipto e outras árvores, com várias safras ao ano, é extraordinária. Subprodutos agregando valor aos negócios, como proteínas e fibras, ajudam o balanço desse agro pujante e sustentável.

Foram vinte anos com ganhos na produtividade total dos fatores (PTF) três vezes acima da média mundial. Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) indicam que o crescimento de 10 p.p. do capital explica 60% da PTF. Esse processo, afetado por tecnologia, genética e controles de pragas e doenças, é uma referência global.

Alguns governos apoiaram isso, outros surfaram a onda de preços das *commodities*, e houve quem tratou o agro sem atenção. O fato de o Brasil alimentar o seu povo mais 800 milhões de pessoas no Planeta é um motivo de orgulho.

Vinte anos consolidaram mudanças globais, marcadas por expressões como "*friendshoring and nearshoring*", que explica a junção de países mais amigos e, se possível, mais próximos geograficamente. A União Europeia (UE) impõe regras como se o mundo fosse o seu espelho, enquanto os Estados Unidos (EUA) regam o seu potencial de desenvolvimento com subsídios e facilidades fiscais. O Brasil busca questionar posições ilegais aos conceitos da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a reposição dos árbitros internacionais no segundo nível de decisão da entidade quanto aos subsídios e às proteções. Com o Green Deal, barreiras crescerão.

Isso tudo ocorre em meio à guerra fria entre os EUA e a China e ao conflito entre a Rússia e a Ucrânia, com elevada inflação, políticas monetárias restritivas e ameaça de recessão.

Convocado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, na sigla em inglês) a produzir mais alimentos, o Brasil é ameaçado com sanções no caso do Green Deal, sem a análise de duas questões:

- A UE não abrirá o seu mercado durante o Green Deal;
- "Colaboração" dá lugar a "sanção", sem se considerar a legislação brasileira sobre desmatamento legal.

Independentemente disso, o Brasil deverá ter, neste ano, um Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de 1,9%, graças à esperada expansão de 8,0% do agro. O que levaria o principal executivo do governo brasileiro a rotular politicamente o agro? E o que faz o brasileiro se sentir ressentido da política? O preconceito do homem político-urbano com o agro é o de alguém com pés no século XXI e mentalidade do século XIX.

Temos de unir o País, defender o agro moderno, lutar pelo multilateralismo na OMC e fazer o nosso melhor, pensando nos nossos descendentes. Um conflito europeu sem solução no curto prazo traz oportunidades. Alinhado ao governo federal, o agro deve marcar presença internacional. Para os detratores, deve haver esclarecimento técnico, com uma narrativa que desperte o protagonismo brasileiro.

Agricultura é disciplina, paciência e amor. Esperamos que o respeito dos agentes públicos seja essencial e, talvez, um dos principais insumos à segurança alimentar! ■

"O preconceito do homem político-urbano com o agro é o de alguém com pés no século XXI e mentalidade do século XIX."

Salve essa data!
08 a 12 Abril
Em Rio Verde-GO

TECNO SHOW Comigo





Venha participar da maior feira de tecnologia rural do Centro-Oeste Brasileiro!

- Mais de 130mil visitantes
- 630 expositores
- R$ 11,1 bilhões em negócios

Realização: COMIGO

tecnoshowcomigo.com.br
tecnoshowcomigo

22º CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO

PRESENCIAL
E ONLINE

BRASIL AGRO: INOVAÇÃO E GOVERNANÇA

07 AGOSTO 2023

Sheraton WTC São Paulo Hotel

INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES

www.congressoabag.com.br

abag

[B]³

Patrocinador Master

BAYER

BB SEGUROS

SONDA make it easy

Patrocinador Ouro

agroceres

bradesco

CASE

CORTEVA agriscience

CropLife BRASIL

JBS

NEW HOLLAND AGRICULTURE SEMPRE COM VOCÊ

safras &mercado

syngenta

Patrocinador Prata

BASF We create chemistry

Cargill

cooxupé

FAESP

inpEV

jacto

Mosaic Fertilizantes

SistemaOCB